



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

SUPLEMENTO AO Nº 147

SÁBADO, 12 DE NOVEMBRO DE 1977

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL, 12 DE 1977

Índice

DA COMISSÃO DE FINANÇAS sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1977 (nº 73, de 1976, na Câmara dos Deputados), que "Aprova as Contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1975".

Relator: Senador VIRGÍLIO TAYORA

O Senhor Presidente da República, com a Mensagem nº 039, de 1976, encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal, relativas ao exercício de 1975, constantes dos volumes anexos à referida Mensagem, especialmente do Relatório da Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda.

Cabe-nos o exame da matéria nesta Comissão de Finanças, consoante estabelece a alínea g. do parágrafo único do art. 108 do Regimento Interno do Senado.

Nosso Parecer compreende o Relatório e o Voto seguintes:

INTRODUÇÃO	1
DESENVOLVIMENTO NACIONAL	5
DESENVOLVIMENTO NACIONAL E O 1º PND	8
O DESENVOLVIMENTO NACIONAL EM 1975	17
POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA	
O BRASIL E O PANORAMA MUNDIAL	21
A SITUAÇÃO ECONÔMICA NACIONAL	22
OS RESULTADOS	22
AS MEDIDAS ADOPTADAS	24
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA DA UNIÃO	28
POLÍTICA MONETÁRIA	36
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	53
PROGRAMAÇÃO E DESEMPENHO DE CAIXA DO TESOURO	69
ORÇAMENTO	79
A LEI ORÇAMENTÁRIA	79
ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO	80
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	84
DESPESA TOTAL AUTORIZADA	93
DEFICIT PREZUMÍVEL	94
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	95
REALIZAÇÃO DA RECEITA	98
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	108
REALIZAÇÃO DA DESPESA	110
DESPESAS IMPUGNADAS	115
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	118
BALANÇO FINANCEIRO	122
BALANÇO PATRIMONIAL	129
BALANÇO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	146
CONCLUSÃO	173
VOTO	175

INTRODUÇÃO

1. Designados para relatar e opinar sobre as Contas do Senhor Presidente da República, referentes ao exercício financeiro de 1975, é com muita honra que, novamente, assumimos o presente encargo.

2. Para tanto, procederemos como das vezes anteriores, antecedendo nosso Parecer de um Relatório, ao mesmo tempo expositivo e analítico, dos diversos aspectos concernentes à apresentação das referidas Contas pelo órgão incumbido dessa tarefa, ou seja, a Inspeção Geral de Finanças, do Ministério da Fazenda.

3. Recebemos, para nosso exame, oito volumes da Inspeção Geral de Finanças, contendo o Relatório sobre a Execução do Orçamento e a Situação da Administração Financeira Federal, o Relatório das Atividades Administrativas e os Balanços Gerais da União.

Além dessa documentação, contamos com o Relatório e Parecer prévio sobre as Contas do Governo da República, do Tribunal de Contas da União.

Tal Parecer foi utilizado, por vezes, como instrumental de apoio técnico - que é - a nossa apreciação e julgamento.

4. Nosso trabalho tem uma parte preambular, dedicada ao tema "Desenvolvimento Nacional", onde procuramos fazer uma síntese da performance econômica do País, no período 1964/1976.

O que se contém neste capítulo inicial de nosso Relatório é a reunião de algumas idéias, já expostas em trabalhos anteriores de nossa autoria, às quais se deu montagem especial e roupagem nova, tendo em vista sua oportunidade e a atualidade de seu conteúdo.

Dividimos aquele período em diferentes etapas do processo de nosso desenvolvimento, dando ênfase aos resultados da economia em 1975 em face dos objetivos e metas propostas no I Plano Nacional de Desenvolvimento.

Dedicamos especiais referências ao período 64/67, numa análise dos primeiros passos de nosso desenvolvimento, correspondente à etapa de reconstrução econômica e implantação das bases de nosso crescimento.

O período 68/73 foi por nós abordado como o de grandes conquistas no plano econômico, mercê do real aproveitamento das condições favoráveis do comércio internacional.

Por último, a fase de transição, correspondente ao período que se iniciou em fins de 1973 e alcançou o ano de 1975, fase esta que coincidiu com as modificações operadas no comércio internacional e que produziram, por sua vez, alterações no quadro de maior euforia, presente no período anterior.

Ingressamos, aqui, numa etapa de reposicionamento de nossa economia diante das novas condições do comércio internacional o que se refletiu, sobretudo, na maior austeridade da dinâmica do processo.

Nesse sentido, vale ressaltar o caráter especial do ano de 1975, que foi de dupla transição, tanto porque estava inserido naquele período de redefinições, tanto porque se constituiu no marco inicial das metas programadas no II Plano de Desenvolvimento Econômico.

5. Ainda introdutoriamente, devemos mencionar que para o exame das Contas do Senhor Presidente da República seguimos a mesma ordenação da matéria, dada pelo Relatório da Inspeção Geral de Finanças, do Ministério da Fazenda, da forma que fizemos em nossos Pareceres anteriores, à vista da maior racionalidade expositiva.

I - O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Após uma fase de reorganização das atividades econômicas e sociais, que caracterizou o período 1964/67, o Brasil entrou em uma era marcada por elevadas taxas de desenvolvimento econômico.

A partir de 1968, as taxas de crescimento da economia brasileira oscilaram entre 9 e 11,4%, exceto em 1975, que foi de 5,6%.

As elevadas taxas de crescimento ocorridas no período 1968/73, decorreram dos seguintes aspectos:

a) deslocamento da ênfase dada à substituição de importações para a promoção de exportações.

b) utilização da capacidade produtiva ociosa já instalada no País e a sua expansão propiciada por novos projetos de investimentos de que trata o I PND; e

c) da significativa contribuição do setor industrial, com um crescimento entre 10,8 e 15,5%, no período;

Em fins de 1973, com a elevação dos preços de petróleo pelo cartel dos países exportadores, inicia-se uma fase de transição para a economia nacional.

Em que pese as medidas governamentais, a elevação dos preços de petróleo não poderiam deixar de se refletir no nível das atividades econômicas e balanço de pagamentos.

O desaquecimento da economia, a tônica do crescimento com base no setor primário e a estratégia do II PND, em termos de um esforço concentrado de substituição de importações, particularmente nas áreas do petróleo, da siderurgia, da metalurgia não-ferrosa, de indústria química e de fertilizantes, do papel e celulose e de produção de bens de capital, estabilizou a tendência decrescente das taxas de crescimento da economia observadas em 1974/75, de 9,8% e 5,6%, respectivamente, na medida em que atingiu os 9,2%, em 1976.

Nesse sentido é que as preocupações de maior importância do governo, retratadas no II PND, de fortalecer a empresa privada nacional e melhorar a distribuição funcional e regional da renda, deverão ser conjugadas com o equacionamento do balanço de pagamento e do endividamento externo, diante da crise do petróleo, e com a revisão das prioridades recomendadas pela nova conjuntura internacional.

Da síntese sobre desenvolvimento nacional que apresentamos, não poderíamos deixar de ressaltar a sua associação com os fenômenos que ditam o comportamento da conjuntura internacional.

Nesse sentido, apesar de ser prematura uma avaliação das metas e prioridades estabelecidos no II PND, sem dúvidas, a sua adaptação à nova ordem econômica mundial contribui para o crescimento da economia de 9,2%, em 1976.

Tudo nos leva a crer, portanto, que a revisão sistemática dos Planos Nacionais, observada pelo governo federal, segundo as vantagens comparativas do País na estrutura econômica internacional, resultará em taxas de crescimento econômico significativas e maior bem-estar para a comunidade brasileira.

Por outro lado, sendo de transição o exercício financeiro de 1975, um crescimento da economia de 5,6%, num quadro mundial de estagflação e desemprego, constitui uma prova da maturidade alcançada pelo nosso aparelho produtivo para absorver as crises exógenas ao próprio sistema, que, pela interdependência das atividades econômicas, interfere e exige, em contrapartida, mudanças quantitativas e qualitativas em sua estrutura.

Antes de penetrarmos na avaliação dos resultados obtidos em 1975, primeiro ano do II PND, ano, por

tanto, de transição dupla, cumpre-nos destacar uma síntese dos resultados obtidos com o I Plano Nacional de Desenvolvimento.

A - O DESENVOLVIMENTO NACIONAL E O I PND

Apesar das oscilações em torno das previsões consideradas no I PND, os resultados foram bastante satisfatórios, em termos das metas alcançadas para o desenvolvimento nacional.

Marcado por dificuldades climáticas em importantes setores da economia e pela crise mundial iniciada em 1973, o período de vigência do I PND - 1972/74 - foi profícuo para a economia nacional, com um crescimento médio superior a 10% ao ano.

a.1 - O desenvolvimento das atividades agropecuárias

O crescimento médio do setor agropastoril, no período 1972/74, correspondeu ao percentual de 5,5% ao ano.

As ocorrências climáticas adversas, contribuíram para que esse crescimento se situasse aquém da previsão.

Além dos estímulos econômicos e financeiros, a melhoria tecnológica e a expansão da agricultura, novos instrumentos foram criados para o desenvolvimento do setor agropastoril nacional, a saber:

- 1) O Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento - SINAC (Dec. nº 70.502, de 11/05/1972);
- 2) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (Lei nº 5.851, de 07/12/1972);
- 3) a Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e Assistência Técnica e Extensão Rural - COMATER (Dec. nº 74.154, de 06/06/1974);
- 4) a Comissão Coordenadora da Política Nacional de Crédito Rural - COMCER (Dec. 74.155, de 06/06/1974);
- 5) o Conselho Nacional de Abastecimento - CONAB (Dec. nº 74.158, de 06/06/1974);

6) a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER.

O Ministério da Agricultura, no período 72-74, aplicou recursos na implementação dos Programas de Administração, Agropecuária, Assistência e Previdência, Colonização e Reforma Agrária, Defesa e Segurança, Recursos Naturais e Saúde e Saneamento, que totalizaram Cr\$ 5.669 milhões. Tais dispêndios foram superiores ao previsto, em 78,2%.

As realizações do I PND, comparativamente às metas previstas, são as constantes do quadro a seguir, onde se observa que dos cinco setores - incluindo o de Abastecimento - duas superaram as previsões, especificamente, no campo do desenvolvimento tecnológico e da assistência técnica e extensão rural.

METAS E REALIZAÇÕES DO I PND - AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

S E T O R E S	SITUAÇÃO EM 1970	META PARA 1974 (A)	REALIZADO EM 1974 (B)	(A)/(B) %
<u>Desenvolvimento Tecnológico</u>				
Consumo de Fertilizantes (1.000t)	900	1.400	1.977	+ 41
Corretivos-Calcários (1.000t)...	1.390	2.400	4.000	+ 67
Defensivos (em mil t).....	37	70	101	+ 44
Mecanização (mil tratores).....	157(*)	210(*)	264(*)	+ 22
<u>Assistência Técnica (Extensão Rural)</u>				
Municípios assistidos.....	1.548	2.200	2.348	+ 5,7
<u>Desenvolvimento da Infra-Estrutura Agrícola</u>				
Programa de Irrigação do Nordeste (ha irrigados).....	30.000	70.000	35.674	- 41
<u>Eletrificação rural</u>				
linhas construídas (em km).....	6.600	25.000	10.011	- 62
potência instalada (em HV).....	50	240	84	- 65
propriedades beneficiadas (mil)...	117	420	122	- 71
Consumo de energia (em 10 ⁶ kWh)...	11	82		
<u>Reforma Agrária e Colonização (Transamazônica)</u>				
Famílias assentadas.....	-	70.000	12.587	- 82
<u>Abastecimento</u>				
Centrais de Abastecimento em operação.....	1	15	11	- 27

FONTE: Ministério da Agricultura

(*) Retificado com os dados do Censo Agrícola. A estimativa do I PND era de 97 mil tratores para 1970. As metas foram corrigidas em termos relativos, ou seja, aplicando-se ao dado retificado o acréscimo de 34% previsto.

a.2 - O desenvolvimento das atividades industriais e serviços

No tocante ao Setor Industrial, foi marcada a sua participação no desenvolvimento da economia, com um crescimento médio, no período 1972/74, superior a 12%.

Esse crescimento reflete, sem dúvida, o fato de que quase todas as metas físicas do I PND, no que se refere ao Setor Industrial, foram superadas, salvo a capacidade instalada de aço e cimento, produção de soda cáustica, barrilha, ácido sulfúrico e fertilizantes.

Esses poucos segmentos que deixaram de atingir os objetivos do I PND, deveram-se aos seguintes aspectos básicos, dentre outros, a saber:

- ao significativo crescimento anual no consumo aparente de aço e às deficiências de abastecimento de matérias-primas para expansão de algumas usinas, além de problemas de financiamento;
- por não terem entrado em funcionamento, no prazo programado, alguns projetos considerados quando da elaboração do I PND.

Modificações de ordem estrutural e qualitativa, decorrente do rápido crescimento dos segmentos dinâmicos do Setor Industrial, concorreram para a elevação da participação deste Setor na geração do produto final da economia. Em decorrência, apesar do significativo aumento de produtividade, o crescimento médio do emprego industrial, no período 1972-74, atingiu 6,9% a. a.

Os quadros a seguir apresentam as realizações do I PND e os investimentos aprovados pelo CDI:

METAS E REALIZAÇÕES DO I PND - INDÚSTRIAS BÁSICAS

S E T O R E S	META PARA 1974 (I PND) (A)	REALIZADO (B)	(B)/(A) (%)
<u>Siderúrgica e Metalúrgica</u>			
(Capacidade instalada - 1.000t)			
Aço.....	11.200	8.000	79
Alumínio.....	120	120	100
Zinco.....	30	36	120
Estanho.....	15	16	107
<u>Química (produção - 1.000t)</u>			
Soda Cáustica e Barrilha.....	480	260	54
Ácido Sulfúrico.....	1.450	1.135	78
Elastômeros.....	100	155	155
Termoplásticos.....	360	357	99
Fertilizantes.....	820	700	85
Resinas Termoplásticas.....	90	150	167
Fibras Artificiais e Sintéticas.....	140	185	132
Detergentes.....	35	37	106
<u>Mecânica e Elétrica (produção)</u>			
1.000t.....	2.517	3.208	127
<u>Cimento (Capacidade Instalada)</u>			
1.000t.....	17.500	15.910	91

FONTE: IPEA.

INVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - 1972/1974

(Em Cr\$ milhões de 1974)

S E T O R	INVESTIMENTOS PRO-	INVESTIMENTOS	(A)/(B)
	GRAMADOS NO I PND	APROVADOS NO CDI	
	(A)	(B)	
Minerais não metálicos.....	1.480	2.976	201
Metallúrgica.....	13.468	22.203	165
Mecânica, Material Elétrico			
e Material de Transporte....	11.840	17.954	152
Celulose e Papel.....	4.144	7.209	174
Química.....	8.140	11.552	142
Bens de Consumo não Durá-			
veis.....	5.920	14.230	240
T O T A L	44.992	76.124	169

FONTE: IPEA

Quanto aos serviços, a estratégia governamen-
tal constitui, basicamente, de a estimular novas estruturas
de comercialização e distribuição de produtos agrícolas e
industriais.

Paralelamente, foram mobilizados recursos da
rede de bancos oficiais e do Programa de Modernização e
Reorganização do Comércio (PMRC), do BNDE, para a moderni-
zação da estrutura organizacional das empresas comerciais,
fortalecimento das pequenas e médias empresas e a implemen-
tação de um sistema integrado de promoção de exportações.

Especificamente, foram concedidos incentivos
fiscais e creditícios à comercialização de produtos nacio-
nais no exterior, através das trading companies e do Sis-
tema de Entrepósitos Aduaneiros, e realizados investimentos
na área de infra-estrutura.

A expansão do Sistema de Crédito ao Consumi-
dor beneficiou a comercialização de bens de consumo durá-
veis, ao mesmo tempo em que o surgimento em larga escala
dos super e hipermercados induziu à paulatina substituição
do comércio atacadista pelas atividades de venda direta pe-
lo produtor.

As transformações estruturais do Setor Comer-
cial, no período compreendido pelo I PND, permitiu-lhe ta-
xas de crescimento anuais superiores às do crescimento do
produto global, sendo que, em 1974, suplantou o crescimen-
to industrial.

Pormenorizadamente, ensejo já tivemos de apre-
sentar ao Senado, os resultados do II PND, em fins de 1975;
excusamo-nos, pois, de fornecer maiores esclarecimentos já
que constantes dos anais desta Casa.

B - O DESENVOLVIMENTO NACIONAL EM 1975

Na equação do desenvolvimento nacional, o ano
de 1975 impôs uma restrição à obtenção de um ritmo acelera-
do de crescimento econômico, definida pela necessidade de
adaptação da economia brasileira à realidade dos novos pre-
ços relativos das diversas fontes de suprimento de ener-
gia.

Já a redução de inúmeras safras, devida às ad-
versidades climáticas, com reflexos na indústria de alimen-
tos e em várias outras, bem como nos serviços de transpor-
tes e no comércio interno e externo, a reprimir a taxa de
expansão da economia em 1975, não caracteriza um problema
de ordem estrutural.

Mas, a conjugação desses fenômenos aleatórios
e as circunstâncias desfavoráveis da conjuntura mundial,
a partir do final de 1973, exprimiu para o exercício fi-
nanceiro de 1975, uma fase transitória e um crescimento da
economia inferior às obtidas no período 1968/73.

O caráter transitório e a ausência conjun-
tural dos problemas que marcam o ano de 1975, foi uma impo-
sição de fatores exógenos ao próprio sistema e se refle-
tiu, basicamente, nos resultados obtidos em nossa conta ex-
terna.

Sem dúvida, apesar do esforço governamen-
tal, o deficit do balanço de pagamentos em conta corrente
da ordem de US\$ 7 bilhões, deve-se à forte deterioração da
relação de trocas, a partir de fins de 1973.

O quadro a seguir, demonstra a situação re-
ferida:

ANOS	PREÇOS DA EXPORTAÇÕES	PREÇOS DAS IMPORTAÇÕES
	(Variação)	(Variação)
1968/73	10,2%	5,5%
1973	37,4%	24,8%
1974	22,0%	54,4%
1975	1,5%	12,0%

FONTE: Conjuntura Econômica.

Enquanto no período 1968/73 a variação obser-
vada nos preços dos produtos exportados (10,2%) suplantou
o efeito, - (preço das importações brasileiras - 5,5%) a
situação se modificou a partir dos fins de 1973, resultan-
do em um crescimento nos preços dos produtos importados no
período de 1974/75, violentamente acima do obtido com as
nossas exportações.

Nesse sentido, a política econômica do Gover-
no passou a ser menos esquematizada e mais localizada, com

patível, portanto, com a fase de transição que atravessamos. Por exemplo, estimulando a indústria de construção civil, de baixo conteúdo de importação e elevado multiplicador de emprego, buscava-se manter o padrão interno de trocas sem sobrecarregar a pauta de importações.

Ainda outras medidas tomadas, em termos de política econômica adequada ao processo de adaptação da economia, refletem o sentido de orientá-la para uma estrutura técnica de produção menos dependente das importações.

A adoção dos contratos de risco e o Acordo Muclear Brasil-Alemanha não deixam de representar uma nova fase da política de desenvolvimento nacional impulsionada pela substituição de importações.

Em busca de uma adaptação mais rápida, de forma a manter o crescimento da economia, busca-se estimular as soluções técnicas através dos mecanismos de mercado, como exemplo, a reativação de fábricas para a produção de material ferroviário e a contenção do ritmo de expansão do consumo de gasolina, através do uso de álcool carburante.

Porém, uma adaptação demanda tempo! E, enquanto não forem absorvidas as mudanças requeridas, não observaremos uma baixa sensível de inflação.

Apesar de não ter sido tão significativa, pudemos observar em 1975 uma desaceleração inflacionária da ordem de 5%.

Dessa forma, o fenômeno mundial de redução do ritmo inflacionário em 1975 é também observado no Brasil.

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

A - O BRASIL E O PANORAMA MUNDIAL

No primeiro trimestre de 1974, a economia brasileira sentiu de forma mais significativa os reflexos da crise mundial oriunda, a partir de 1973, da política de preços do petróleo promovida pelos países produtores.

Dessa forma, fomos obrigados a adotar medidas que nos permitissem uma menor dependência do óleo cru importado ou uma redução nos dispêndios em sua importação.

O exercício financeiro de 1975, representa mais um período de adaptação da estrutura econômica nacional à nova ordem econômica mundial.

Em termos de política econômico-financeira, o governo procurou aprimorar os instrumentos definidos em 1974, de forma a reduzir os reflexos da crise mundial nos preços internos e permitir o controle da inflação, a execução orçamentária, um crescente nível de emprego, uma melhor distribuição de renda e maior controle sobre o perfil do endividamento externo.

B - A SITUAÇÃO ECONÔMICA NACIONAL

O maior impacto inflacionário que se verificou em nossa economia no primeiro semestre de 1974, de 4%, em média, por mês, teve o seu abrandamento no segundo semestre para 1,7%, em decorrência da utilização dos instrumentos de política econômico-financeira pelo Governo, os quais, resultaram em 1975, além da desaceleração da inflação de 5,1%, na manutenção dos programas para a consecução das metas definidas de forma a promover o desenvolvimento econômico-social.

Com respeito ao Índice Geral de Preços, que mede o comportamento da inflação, este situou-se em torno de 29,4% em 1975, contra 34,5% do exercício anterior. Tal resultado, demonstra o relevante sucesso do processo gradual de combate à inflação, na medida em que essa sistemática, apesar dos contratempos surgidos, permitiu ainda um crescimento real do Produto Interno Bruto estimado em 4,2%, num mundo de desemprego e taxas de crescimento negativos.

C - OS RESULTADOS

A execução orçamentária de 1975, resultou em um superávit de Cr\$ 73,4 milhões para o Tesouro, em cumprimento à política de combate à inflação. Paralelamente, foram absorvidos pelas Autoridades Monetárias os recursos resultantes de operações de crédito junto ao público.

A expansão monetária em 1975 foi da ordem de 42,3%, o que contribuiu para diminuir a taxa inflacionária e compatibilizar os fluxos reais e nominais do sistema econômico nacional.

O mercado de ações apresentou-se mais ativo do que em 1974, com uma média de negócios nas duas principais Bolsas de Valores do País da ordem de Cr\$ 107,8 milhões.

Sob a ótica setorial, a agricultura apresentou uma taxa de crescimento real de 3,4%, a indústria 4,2%, o comércio 3,3% e os transportes 9,3%.

O déficit nas relações comerciais com o Resto do Mundo foi de US\$ 3.513,6 milhões, o que representa uma

redução de 23% com respeito ao exercício anterior. Esse resultado decorreu de uma redução de 2,9% nas importações (FOB) e de um acréscimo de 8,6% em nossas exportações.

As reservas internacionais foram reduzidas em US\$ 1.228,4 milhões mantendo-se no nível de US\$ 4.019,1 milhões.

Explica-se a redução, facilmente, face a crise internacional em que por força da interdependência em que vivem as nações, tivemos que nos situar.

Foram produzidas 14 alterações na taxa de câmbio (US\$) em 1975 contra 10 em 1974, correspondentes a variações de 22% e 19,7%, respectivamente.

0 - AS MEDIDAS ADOPTADAS

De forma a reduzir a nossa dependência e a transferência da crise mundial do petróleo para a economia nacional, inúmeras medidas relevantes foram tomadas, cabendo destacar:

- a) redução da importação de itens considerados supérfluos;
- b) contingenciamento da aquisição de petróleo;
- c) aprovação de amplo programa complementar para a produção de álcool;
- d) a intensificação de pesquisa de novos campos produtores e a autorização à Petrobrás para negociação de contratos de serviço com cláusula de risco;
- e) a execução dos programas essenciais à substituição de importações, à promoção de exportações e ao estímulo de novos centros propulsores para o desenvolvimento nacional.

Compatível com nossas deficiências estruturais, o Plano Nacional de Fertilizantes, as definições para a expansão da Indústria Petroquímica e a instituição do Programa Nacional de Papel e Celulose, são indicativos da preocupação governamental na obtenção de nossa autosuficiência de insumos básicos.

A preocupação com o bem estar da comunidade e com os estrangulamentos decorrentes do próprio crescimento econômico foi refletida através de inúmeras medidas no sentido de atenuar os problemas habitacionais e do desenvolvimento urbano, desde a transferência de volumosos recursos para o abastecimento de água e de saneamento, à melhoria

dos transportes, à implantação de trens metropolitanos no Rio de Janeiro e São Paulo, até a revisão de toda a programação do BNH com vistas ao atendimento preferencial à população de baixa renda.

A ação governamental na área social se fez também sentir através da distribuição de remédios a preços simbólicos e até mesmo gratuitamente, sob a égide do Ministério da Previdência e Assistência Social. Ainda nesse campo, ênfase foi dada aos problemas do assalariado e seu patrimônio, através de medidas que introduziram o crédito da correção monetária trimestral nas contas do FGTS e, no que tange ao objetivo redistributivista da renda, a redução da população fiscal sujeita ao imposto de renda e a dedução indireta, através do nível de isenção, de componentes essenciais na despesa individual e à subsistência do contribuinte.

De acordo com o que preconiza o II PND, no sentido de promover o desenvolvimento integrado do País, os Programas POLAMAZÔNIA e POLONORDESTE podem ser considerados como autênticos programas nacionais de integração e desenvolvimento.

O Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA, inicialmente, objetivando a promoção da ocupação e o desenvolvimento integrados de 15 áreas da Amazônia, segundo suas potencialidades agropecuárias, agrominerais e agroindustriais, é financiado com um volume de recursos, que, no período 1974/77, importou em Cr\$ 2,5 bilhões, segundo as fontes a seguir discriminadas:

F O N T E S	Cr\$ bilhões
PIN	1,2
PROTERRA	0,6
Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados e de outras fontes orçamentárias	0,7
<u>T O T A L</u>	<u>2,5</u>

De enfoque semelhante ao POLAMAZÔNIA, o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE, conta com recursos, cuja previsão para o período de 1975/79 atinge Cr\$ 5,0 bilhões. O Programa visa selecionar áreas integradas, com sentido de polos rurais de desenvolvimento, que envolverá as ações governamentais a seguir retratadas:

— estradas vicinais com vistas ao escoamento da produção e à interligação das áreas integradas à rede rodoviária e fluvial da região;

— eletrificação rural, que permitirá novas técnicas de produção;

— armazenagem que assegura a racionalização do processo produtivo e comercialização.

— créditos rural orientado; o

— pesquisa e experimentação agrícola, permitindo avanços de produtividade com seleção de sementes, cultivos com métodos adequados às condições ecológicas, técnicas de armazenamento e controle.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA DA UNIÃO

INTRODUÇÃO

O Banco Central, através da sua Gerência da Dívida Pública e de acordo com os objetivos do programa eco

nômico-financeiro do Governo Federal, executou eficientemente a política monetária e a captação de recursos não inflacionários para investimentos de caráter prioritário, compatibilizando as situações de excesso ou escassez de crédito preservando, assim, as condições necessárias e indispensáveis ao desempenho do Sistema Financeiro.

Através da colocação de títulos federais, foram canalizados recursos líquidos para o Tesouro no total de Cr\$ 33.763 milhões, o que situou a responsabilidade do Tesouro Nacional por títulos em circulação, em fins de 1975, ao nível de Cr\$ 97.548 milhões, correspondendo em torno de 10,7% do PIB. Os quadros a seguir demonstram tal situação.

QUADRO - I

OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS E LETRAS DO TESOUREIRO NACIONAL Recursos Líquidos para o Tesouro 1975

Cr\$ milhões					
DISCRIMINAÇÃO	1º Trí	2º Trí	3º Trí	4º Trí	TOTAL
I - RECURSOS LÍQUIDOS	7.847	6.937	10.907	8.072	33.763
II - RECEITA LÍQUIDA	18.537	21.194	28.760	31.059	99.550
1. ORTN	4.659	6.618	7.454	10.181	28.912
1.1 - Subscrição Bruta (+)	4.189	6.483	6.791	9.379	26.842
1.2 - Comissões (-)	42	85	46	51	224
1.3 - Corretagens (-)	98	55	-	-	153
1.4 - Ágio (+)	-	65	164	114	343
1.5 - Custos Ressarc. (+)	810	210	555	239	2.814
2. LTN	13.878	14.576	21.306	20.878	70.638
2.1 - Valor da Face (+)	15.100	15.800	23.000	23.000	76.900
2.2 - Desconto (-)	1.222	1.224	1.694	2.122	6.262
2.3 - Custos Ressarc. (+)	-	-	-	-	-
III - DESPESA BRUTA	10.690	14.257	17.853	22.987	65.787
1. ORTN	3.004	2.494	3.002	2.987	11.487
1.1 - Juros	520	521	621	725	2.387
1.2 - Resgate	2.470	1.961	2.385	2.247	9.063
1.2.1 - Principal	1.392	1.068	1.233	1.150	4.843
1.2.2 - Correção Monetária	2.078	893	1.152	1.097	4.250
1.3 - Comis. s/juros e resgate	14	12	16	15	57
2. LTN	7.686	11.763	14.851	20.000	54.300
2.1 - Valor Líquido	7.088	10.917	13.727	18.688	49.420
2.2 - Desconto	598	846	1.124	1.312	3.880

NOTA: Os custos ressarcidos referem-se a despesas com juros e comissões sobre pagamento de juros e resgates do ORTN e descontos de LTN a serem cobertos com recursos orçamentários específicos.

QUADRO - II

DÍVIDA INTERNA FEDERAL EM TÍTULOS

Cr\$ milhões				
PERÍODO	Responsabilidade do Tesouro por títulos em circulação (A)	Colocação Líquida (1) TOTAL (B)	Produto Interno Bruto (C)	% A/C
1970 ...	10.112	2.282	206.565	4,9
1971 ...	15.445	2.987	174.267	5,6
1972 ...	26.179	6.888	359.133	7,3
1973 ...	38.344	5.757	477.163	8,0
1974 ...	(3) 47.801	- 2.627	675.520	7,1
1975 ...	(4) 97.548	31.849	(2) 909.790	10,7

OBS.: (1) Nos resgates incluem-se juros.

(2) Estimativa: crescimento do PIB 4,0%; preços 29,5%.

(3) Inclui Cr\$ 38 milhões relativos a ORTN não reajustáveis emitidas nos termos do Decreto-Lei nº 1.343, de 11 de setembro de 1974.

(4) Inclui Cr\$ 36 milhões relativos a ORTN não reajustáveis.

DÍVIDA PÚBLICA

A) Dos aperfeiçoamentos

Até a primeira metade da segunda quinzena de janeiro de 1975, as ORTNs eram injetadas no sistema através de emissão contínua e subscritas livremente nas agências do Banco do Brasil, contrariando os objetivos da administração da dívida e da política monetária governamental, na medida em que provocavam algumas distorções, a saber:

- a) endividamento do Tesouro Nacional em proporções incontornáveis;
- b) a concentração das emissões nas proximidades de atualização do valor nominal da ORTN; e
- c) a possibilidade de neutralizar as operações expansionistas de mercado aberto pelo Banco Central, dada a existência de volumosas subscrições de ORTNs junto ao Banco do Brasil S.A.

A partir da Portaria nº 29, de 23 de janeiro de 1975, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, foi introduzido o sistema de ofertas públicas para as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Esse aprimoramento permitiu uma melhor programação quanto ao volume e aos prazos dos títulos emitidos, através de uma colocação ordenada de ORTNs e sob controle do Banco Central. Ao mesmo tempo, a citada Portaria aboliu a faculdade de reaplicação desses títulos e, consequentemente, o estímulo a maiores subscrições, a redução dos juros reais das Obrigações e de custos adicionais do Tesouro Nacional.

De acordo com o sistema instituído, as ofertas públicas de ORTN passaram a ser efetuadas pelo Banco Central, nas praças onde possui instalações. De forma a evitar impactos indesejados no mercado, a princípio os papéis eram ofertados a preço fixo com a participação apenas das instituições financeiras. Porém, nas praças onde o BC não possui dependências, a subscrição de ORTN poderia ser feita nas agências do Banco do Brasil S.A. e por pessoas físicas e jurídicas não financeiras, dentro do limite máximo de 1.000 (mil) obrigações por subscritor.

Através das Portarias nºs. 147/75 e 189/75, duas outras medidas merecem destaque, não só pela redução substancial de custos que implicaram para o Tesouro, como também por propiciarem facilidades para o desenvolvimento do mercado de títulos privados, a saber:

- a) a implantação do sistema de ofertas públicas a preços competitivos e não competitivos;

b) a extinção da comissão das instituições financeiras (corretagem) pelo serviço de colocação das ORTNs; e

c) a suspensão das subscrições de natureza voluntária por pessoas físicas e jurídicas não financeiras, junto ao Banco do Brasil, passando esses investidores a adquirir os títulos somente através das demais instituições financeiras.

No exercício de 1975, outros instrumentos foram baixados com vistas ao aperfeiçoamento do mercado de títulos, cabendo destacar os seguintes:

PORTARIA Nº 225, de 18 de junho de 1975, do Ministro da Fazenda:

Mantendo para os tomadores de ORTN que forem emitidas até 30 de junho de 1976, quando do respectivo resgate, a opção pelo reajustamento de seu valor nominal segundo a variação baseada nos coeficientes fixados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, ou de acordo com os coeficientes calculados pelo Banco Central do Brasil, com base na variação da cotação do cruzeiro no mercado de câmbio, referida à taxa média do mês de subscrição das Obrigações.

RESOLUÇÃO Nº 332, de 23 de julho de 1975, do Banco Central do Brasil:

Admitindo a utilização de Letras do Tesouro Nacional para efeito de composição da parcela de 55% dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais, antes integrada apenas por ORTN. Essa providência tornou-se bastante oportuna, não só pelos ágio alcançados pelas ORTN, que acarretavam custos altos para os bancos que necessitavam recompor a parcela remunerada de seus depósitos compulsórios, como também por as constituir em mais um fator de flexibilidade para o mercado de títulos federais, dado o maior interrelacionamento entre os mercados de ORTN e LTN.

CIRCULAR Nº 265, de 23 de julho de 1975, do Banco Central do Brasil:

Estabelecendo que as Letras do Tesouro Nacional, a que se refere a Resolução nº 332, de 23 de julho de 1975, passarão a ser

mantidas em conta específica de custódia na Gerência da Dívida Pública (GEDIP), do Banco Central do Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 338, de 13 de agosto de 1975, do Banco Central do Brasil:

Determinando que no mínimo 30% das reservas técnicas não comprometidas das sociedades seguradoras (observado o limite de 45%) deverão estar aplicados em Letras do Tesouro Nacional ou Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e restringiu a aplicação de reservas técnicas comprometidas aos referidos títulos (máximo de 50%) e/ou depósitos à vista ou a prazo (máximo de 25%), ações, debêntures ou debêntures convertíveis em ações (máximo de 25%), e, sendo que, após um prazo de ajustamento até 31 de dezembro de 1975, as aquisições passassem a ser efetuadas livremente no mercado.

B) Dos resultados

Os resultados obtidos com esse conjunto de medidas permitiram ao Banco Central exercer o papel ativo que lhe cabe como Gestor do Sistema Financeiro e Monetário, dosando a colocação de papéis federais de acordo com as condições vigentes no mercado financeiro.

Nesse sentido, de acordo com as metas de política monetária e os interesses da administração da dívida pública, foram colocadas no exercício financeiro de 1975, ORTNs no total de Cr\$ 17.880 milhões, através do sistema de ofertas públicas, que propiciaram uma rentabilidade aos investidores de 28,6% a.a. para os títulos de 2 (dois) anos de prazo e 30,8% para os de 5 (cinco) anos.

Comparativamente aos exercícios de 1974/75, o saldo das Letras do Tesouro Nacional - LTN em circulação, sofreu um incremento de 153%, resultante de um saldo em 1975 de Cr\$ 37.400 milhões para Cr\$ 14.800 milhões do exercício anterior.

POLÍTICA MONETÁRIA

Através das operações de mercado aberto e de dívida pública, a política governamental foi no sentido de orientá-las de forma a evitar que a expansão dos meios de pagamento se constituísse em foco autônomo de pressão inflacionária.

O efeito contracionista decorrente das operações antes mencionadas correspondeu a um montante de Cr\$ 16.268 milhões. Com respeito às operações de mercado aberto, esse mecanismo contribuiu com uma redução de Cr\$ 15.853 milhões, conforme discriminação a seguir:

<u>Discriminação</u>	<u>Cr\$ Milhões</u>
A - Vendas de Carteira	- 205.009
- ORTN	- 16.447
- LTN	- 188.562
B - Compras de Carteira	189.156
- ORTN	6.476
- LTN	182.680
OPERAÇÕES LÍQUIDAS DE MERCADO ABERTO	- 15.853

O Resultado líquido contracionista das operações da dívida pública importou em Cr\$ 415 milhões, conforme relacionado a seguir:

<u>Discriminação</u>	<u>Cr\$ Milhões</u>
A - Subscrição de ORTN (*)	- 1.624
B - Oferta Pública (*)	- 57.999
- ORTN	- 11.706
- LTN	- 46.293
C - Resgate para o Mercado (*)	59.208
- ORTN	9.033
- LTN	50.175
OPERAÇÕES LÍQUIDAS DA DÍVIDA PÚBLICA	- 415

Com relação ao exercício de 1974, a movimentação total de recursos por intermédio das operações de mercado aberto em 1975 sofreu um acréscimo de 87%. Em termos monetários o Banco Central movimentou a cifra de Cr\$ 394.165 milhões. O quadro a seguir apresenta as operações com títulos da carteira do Banco Central:

OPERAÇÕES COM ORTN E LTN DA CARTEIRA DO BANCO CENTRAL

ANO	COMPRAS (injeção) (A)	VENDAS (retirada) (B)	SALDO (A-B)	GIRO (A+B)
1969	322	3.155	- 2.833	3.487
1970	1.975	9.113	- 7.138	11.088
1971	5.044	8.587	- 3.543	13.631
1972	18.164	25.427	- 7.263	43.591
1973	55.977	63.810	- 7.833	119.787
1974	103.715	115.465	- 11.750	219.180
1975	189.156	205.009	- 15.853	394.165

Com vistas ao cumprimento das metas programa das de política monetária, bem como da necessidade de compatibilizar a quantidade mínima de Letras do Tesouro Nacional - LTN indispensável ao funcionamento das operações de mercado aberto, a GEDIP manteve alto o montante das ofertas públicas desses títulos de prazos de 91 e 182 dias.

Com respeito às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, cujas subscrições voluntárias encontravam-se suspensas desde o advento da Portaria nº 425/74, voltaram a ser lançadas a partir de fevereiro de 1975, pelo sistema de ofertas públicas.

Os preços das ORTNs mantiveram-se acima de seus valores nominais, em decorrência da demanda do mercado por esses títulos não atendidas no período agosto/74 a fevereiro/75 e da expressiva procura por parte das entidades públicas. A elevação de demanda por esses títulos decorreu também dos seguintes aspectos:

- " a) a expectativa de recrudescimento das índices de inflação, o que faz com que o mercado demande papéis com correção monetária a posteriori, aliada à boa rentabilidade e segurança que possuem as ORTNs; e
- b) a comparação com investimentos em títulos de prazos semelhantes no exterior, cujas taxas não alcançavam 6% em termos reais; o ágio, na prática, significava a redução dos juros reais, havendo vista que a correção monetária garante sempre a atualização do valor principal aplicado.

Com exceção do mês de junho, quando ocorreu maior demanda por recursos monetários, no primeiro semestre de 1975 a GEDIP atuou de forma contracionista sobre os meios de pagamentos, retirando do sistema Cr\$9 bilhões, por intermédio das operações de mercado aberto e da dívida pública.

O segundo semestre se caracterizou por uma política monetária ainda mais restritiva, provocando problemas de liquidez para os bancos comerciais, agravados com o recolhimento pela rede bancária das parcelas do refinanciamento compensatório, a partir de setembro, e com a nova sistemática de transferência de recursos para o Banco do Brasil S.A. Consequentemente, o endividamento dos bancos junto à assistência financeira do Banco Central elevou-se substancialmente, atingindo em outubro/75 a média de Cr\$ 1.770 milhões, como resultado do estrangulamento de seus índices de liquidez.

A retirada líquida de recursos, entre julho e dezembro, pela GEDIP, importou em Cr\$ 7.000 milhões. Esses recursos foram retirados através das operações de Mercado Aberto e de Dívida Pública.

Por intermédio de ofertas públicas foram colocadas no mercado, no segundo semestre, Cr\$ 9.000 milhões de ORTNs, sendo Cr\$ 6 milhões de títulos com 5 anos de prazo e Cr\$3.000 milhões para os de 2 anos. Nesse mesmo período, e através do mesmo sistema, foram colocados Cr\$46.000 milhões de LTN, tendo como contrapartida um resgate de Cr\$ 34.850 milhões. Dessa forma, o saldo em circulação desses títulos, em 31.12.75, atingiu a casa dos Cr\$ 37.400 milhões.

Em decorrência da atuação do Banco Central, por intermédio das operações de mercado aberto, o volume de LTN, em 31.12.75, em poder do setor privado, foi da ordem de Cr\$ 9.000 milhões. Essa posição em 23.12.75 era de Cr\$12.076 milhões.

Finalmente, cumpre assinalar o substancial crescimento da carteira do Banco Central, que no final do exercício situou-se em Cr\$ 16.432 milhões. Contribuiu sensivelmente para esta elevação a crescente demanda por liquidez no último trimestre do exercício, pelas entidades públicas abrangidas pelo Decreto-lei nº 1.290/73. A posição de LTN dessas entidades passou de Cr\$ 18.577 milhões para Cr\$ 11.248, no período 17/31 de dezembro de 1975.

SISTEMA GEDIP DE CUSTÓDIA

Com respeito ao sistema de custódia de LTN da Gerência da Dívida Pública, merece destaque a concretização do objetivo de restringir aos bancos comerciais custodiantes a movimentação de suas contas com as demais entidades (bancos de investimento, sociedades corretoras e distribuidoras).

A concretização foi possível devido à primeira fase de implantação do sistema de teleprocessamento para as operações de mercado aberto, com vinte bancos comerciais ligados on line ao computador nas dependências da GEDIP. Dessa forma, através de terminais, será possível consultas imediatas sobre as posições e lançamentos de operações realizadas. Tal sistemática, além da presteza e segurança que oferece ao mercado de LTN, redundará em diminuição dos custos operacionais das instituições, como também, permitirá a transferência de custódia do título ao comprador final. O projeto, em sua segunda fase, pretende abranger mais 20 (vinte) bancos comerciais.

OFERTAS PÚBLICAS DE LTN

1975

DATA DA EMIÇÃO	Total da Emissão (Cr\$ milhões)		Total dos Resgates (Cr\$ milhões)		TAXAS ACEITAS (% a.a.)					
					91 Dias			182 Dias		
	91 dias	182 dias	91 dias	182 dias	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média
01/01	750	750	150	400	17,76	17,36	17,53	17,75	17,45	17,52
08/01	600	600	150	400	18,08	17,74	17,96	18,10	17,73	17,92
15/01	800	600	150	300	18,14	18,00	18,11	18,15	18,00	18,12
22/01	600	600	150	200	18,30	18,14	18,26	18,30	18,15	18,28
29/01	600	600	150	200	18,50	18,38	18,46	18,55	18,42	18,47
05/02	600	600	150	150	19,00	18,80	18,88	19,05	18,80	18,92
12/02	500	500	150	150	19,30	19,00	19,10	19,35	19,20	19,22
19/02	600	500	300	150	19,26	19,00	19,18	19,30	19,25	19,22
26/02	600	500	300	150	19,30	19,06	19,26	19,35	19,10	19,20
05/03	400	400	350	150	19,29	19,18	19,26	19,35	19,23	19,22
12/03	400	400	450	150	19,25	19,15	19,24	19,32	19,27	19,22
19/03	400	400	450	150	19,86	18,75	18,83	18,96	18,74	18,81
26/03	400	400	600	150	17,99	17,70	17,94	18,35	17,78	18,15
02/04	500	500	750	150	18,30	18,15	18,26	18,50	18,32	18,45
09/04	500	500	600	150	18,13	18,04	18,10	18,32	18,18	18,28
16/04	500	500	600	150	18,10	17,95	18,08	18,32	18,20	18,28
23/04	400	400	600	150	18,10	17,85	18,07	18,32	18,21	18,28
30/04	400	400	600	150	18,00	17,89	17,98	18,22	18,10	18,15
07/05	400	400	600	150	17,96	17,85	17,93	18,16	18,08	18,12
14/05	600	400	500	150	17,51	17,30	17,48	18,63	17,50	17,91
21/05	600	600	500	200	17,19	17,10	17,18	17,20	17,15	17,22
28/05	600	600	500	200	16,85	16,85	16,82	16,46	16,39	16,42

DATA DA EMIÇÃO	Total da Emissão (Cr\$ milhões)		Total dos Resgates (Cr\$ milhões)		TAXAS ACEITAS (% a.a.)					
					91 Dias			182 Dias		
	91 dias	182 dias	91 dias	182 dias	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média
04/06	600	600	400	350	16,32	16,19	16,30	16,41	16,28	16,30
11/06	600	600	400	450	15,79	15,55	15,76	15,85	15,69	15,72
18/06	600	800	400	450	15,71	15,50	15,67	15,75	15,60	15,71
25/06	600	800	400	600	16,43	16,25	16,39	16,43	16,20	16,42
02/07	600	800	500	750	16,62	16,45	16,50	16,60	16,40	16,51
09/07	800	800	500	600	16,58	16,40	16,53	16,53	16,35	16,56
16/07	800	800	500	600	16,35	16,15	16,33	16,25	16,15	16,25
23/07	800	800	400	600	15,58	15,35	15,51	15,50	15,30	15,44
30/07	800	800	400	600	15,82	15,70	15,79	15,69	15,60	15,67
06/08	800	800	400	600	16,00	15,80	15,97	15,90	15,79	15,87
13/08	800	800	600	500	16,03	15,91	16,01	15,95	15,87	15,92
20/08	800	800	600	500	16,20	16,10	16,18	16,10	16,04	16,09
27/08	800	800	600	500	16,78	16,50	16,65	16,73	16,65	16,69
03/09	800	800	600	400	17,30	17,18	17,25	17,22	17,10	17,17
10/09	800	800	600	400	17,39	17,30	17,35	17,29	17,22	17,25
17/09	800	800	600	400	17,80	17,38	17,60	17,70	17,30	17,53
24/09	800	800	600	400	18,05	17,60	17,78	17,97	17,55	17,74
01/10	800	800	600	600	17,96	17,78	17,89	18,06	17,74	17,85
08/10	500	800	600	500	18,05	17,88	17,99	18,00	17,85	17,90
15/10	800	800	600	500	18,51	18,00	18,42	18,41	18,15	18,37
22/10	800	800	800	400	12,00	18,89	18,96	18,96	18,80	18,91
29/10	900	900	800	400	19,70	19,42	19,59	19,60	19,36	19,48

DATA DA EMIÇÃO	Total da Emissão (Cr\$ milhões)		Total dos Resgates (Cr\$ milhões)		TAXAS ACEITAS (% a.a.)					
					91 Dias			182 Dias		
	91 dias	182 dias	91 dias	182 dias	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média
05/11	900	800	800	400	21,00	20,49	20,81	20,90	20,59	20,79
12/11	800	800	800	600	22,83	22,10	22,39	22,74	22,05	22,35
19/11	700	700	800	600	22,55	22,35	22,47	22,49	22,33	22,45
26/11	700	700	800	600	23,29	22,48	22,78	23,04	22,43	22,77
03/12	700	700	800	600	22,98	22,55	22,74	22,86	22,50	22,72
10/12	700	700	800	600	22,74	22,41	22,60	22,70	22,39	22,57
17/12	700	700	800	600	23,40	22,80	23,21	23,20	22,51	22,91
24/12	700	700	800	800	24,05	23,60	23,81	24,01	23,05	23,75
31/12	300	300	800	800	22,77	22,25	22,52	22,75	22,50	22,64

OFERTAS PÚBLICAS DE LETRAS DO TESOURO NACIONAL

Prazo: 365 dias

TAXAS COMPETITIVAS

MÊS DA EMISSÃO	Cr\$ milhões		% DESCONTO AO ANO		
	TOTAL DA EMISSÃO	TOTAL DOS RESGATES	TAXAS ACEITAS		
			Máximo	Mínimo	Média
Janeiro	500	500	17,20	17,42	17,57
Fevereiro	500	500	18,00	18,30	18,15
Março	400	500	18,00	18,30	18,15
Abril	500	500	18,35	17,95	18,15
Maio	500	500	18,04	17,80	17,92
Junho	600	600	18,72	18,45	18,58
Julho	800	500	19,20	18,00	18,60
Agosto	800	300	18,03	18,50	18,24
Setembro	800	300	17,72	18,90	17,78
Outubro	800	300	18,00	17,65	17,73
Novembro	800	300	20,87	20,80	20,87
Dezembro	800	500	21,50	20,35	20,98

DÍVIDA INTERNA FEDERAL EM TÍTULOS

PERÍODO	Respons. do Tes. por Títulos em Circulação (A)	Colocação Líquida (1)	Deficit do Tesouro Nacional (C)	Produto Interno Bruto (D)	%	%
		TOTAL (B)				
		(B)			A/D	B/C
1970	10.112	2.282	736	206.585	4,9	379,2
1971	15.445	2.987	872	274.227	5,6	414,5
1972	26.179	6.886	516	359.133	7,3	1.334,5
1973	38.344	5.757	-	477.183	8,0	-
1974	47.801 (3)	2.677	-	675.626	7,1	-
1975	97.548 (4)	31.642	-	909.790 (2)	10,7	-

(1) Nos resgates incluem-se juros.

(2) Estimativa: crescimento do PIB 4,34; preços 29,83.

(3) Inclui Cr\$ 32 milhões relativos a OTN não reajustáveis emitidas nos termos do Decreto-Lei nº 1.343, de 11 de setembro de 1974.

(4) Inclui Cr\$ 38 milhões relativos a OTN não reajustáveis.

RESPONSABILIDADE DO TESOURO POR TÍTULOS EM CIRCULAÇÃO

(Mapa Mensal)

1975

Cr\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
TOTAL	51.686	56.166	57.637	60.383	65.139	69.292	73.335	77.500	84.195	88.886	92.234	97.841
ORTN	32.804	34.584	35.390	37.439	40.834	43.006	44.399	45.954	49.759	51.849	53.682	57.112
- Valor Subscrito	21.674	23.138	24.645	26.179	28.008	30.138	31.584	32.198	34.824	37.024	38.000	40.273
- Correção Monetária	16.389	16.644	16.195	19.169	22.626	24.599	24.460	28.828	28.210	27.717	28.194	28.117
- Juros	741	801	803	865	1.101	1.267	1.351	1.476	1.925	2.014	2.488	2.722
LTN	18.850	21.550	22.215	22.910	24.301	26.252	28.901	31.501	34.401	37.001	38.500	37.500
- Valor Líquido	17.073	19.538	20.108	20.679	21.808	23.708	26.271	29.701	31.328	33.640	35.111	34.000
- Desconto	1.777	2.012	2.112	2.240	2.493	2.544	2.630	1.799	3.073	3.361	3.389	3.500
OTN - Não Reajust. (Dec. Lei 1.343, 11 de setembro de 1974)	32	32	32	34	34	34	35	35	35	36	35	35
- Valor Subscrito	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
- Juros	-	-	-	2	2	2	3	3	3	4	3	3

OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS E LETRAS DO TESOURO NACIONAL

Prazo Médio da Dívida
(Mapa Mensal)

m - meses
d - dias

POSIÇÃO	ORTN (*)	LTN
1 9 7 3		
Janeiro	21 m., 03 d.	02 m., 24 d.
Fevereiro	20 m., 20 d.	03 m., 08 d.
Março	21 m., 12 d.	03 m., 12 d.
Abril	23 m., 26 d.	03 m., 10 d.
Maio	24 m., 11 d.	03 m., 18 d.
Junho	25 m., 10 d.	03 m., 22 d.
Julho	25 m., 05 d.	03 m., 20 d.
Agosto	25 m., 02 d.	03 m., 23 d.
Setembro	26 m., 12 d.	03 m., 19 d.
Outubro	28 m., 08 d.	03 m., 20 d.
Novembro	27 m., 28 d.	03 m., 17 d.
Dezembro	27 m., 22 d.	03 m., 21 d.

POSIÇÃO	ORTN (*)	LTN
1 9 7 4		
Janeiro	27 m., 16 d.	03 m., 24 d.
Fevereiro	27 m., 07 d.	03 m., 27 d.
Março	27 m., 11 d.	03 m., 27 d.
Abril	27 m., 08 d.	03 m., 27 d.
Maio	27 m., 23 d.	03 m., 27 d.
Junho	28 m., 18 d.	03 m., 22 d.
Julho	29 m., 15 d.	03 m., 23 d.
Agosto	29 m., 22 d.	03 m., 16 d.
Setembro	29 m., 07 d.	03 m., 13 d.
Outubro	29 m., 02 d.	03 m., 17 d.
Novembro	31 m., 20 d.	03 m., 17 d.
Dezembro	31 m., 02 d.	03 m., 24 d.

POSIÇÃO	ORTN (*)	LTN
1 9 7 5		
Janeiro	31 m.	03 m., 18 d.
Fevereiro	32 m., 05 d.	03 m., 21 d.
Março	33 m., 12 d.	03 m., 13 d.
Abril	34 m., 13 d.	03 m., 16 d.
Maio	34 m., 27 d.	03 m., 11 d.
Junho	35 m., 04 d.	03 m., 13 d.
Julho	35 m., 06 d.	03 m., 22 d.
Agosto	35 m., 08 d.	03 m., 20 d.
Setembro	35 m., 08 d.	03 m., 16 d.
Outubro	36 m., 16 d.	03 m., 17 d.
Novembro	36 m., 13 d.	03 m., 12 d.
Dezembro	37 m., 29 d.	03 m., 14 d.

(*) Exclusiva FIT e DOAÇÕES; exclusiva as ORTN remanescentes do Fundo de Indenizações Trabalhistas por não terem prazo definido para resgate bem como as ORTN de 20 anos doadas a diversas Instituições, uma vez que estas - de acordo com as Leis que autorizaram as respectivas DOAÇÕES - não poderão resgatar os títulos no vencimento sem a autorização do Conselho Monetário Nacional.

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. O Relatório da Inspetoria Geral de Finanças, no capítulo referente à Administração Tributária, foi bem mais extenso e detalhado do que o do ano anterior.

Explica-se tal fato pelo número de medidas, tomadas em 1975 no âmbito da política fiscal e introduzidas em nossa legislação financeira e/ou tributária, tendentes a adequar a Administração Tributária às necessidades conjunturais do período.

O Relatório da IGF-MF define com propriedade aquela conjuntura, nas palavras iniciais do capítulo:

" O ano de 1975, apesar das perspectivas otimistas no início do ano, transcorreu sob expectativa ".

E foi exatamente isso o que aconteceu.

Nesse mesmo documento são apontadas as causas, cujas repercussões na Administração Tributária, ocasionaram os reajustamentos, as alterações e aperfeiçoamentos das medidas de natureza fiscal e extrafiscal. Tais causas foram, sem dúvida, as dificuldades conhecidas em nosso balanço de pagamentos, decorrentes das quebras na produção agropecuária, devidas aos fenômenos climáticos adversos no decurso do ano, agravadas aquelas dificuldades pela vulnerabilidade no setor energético.

2. A seguir, o Relatório faz um sumário das principais medidas adotadas na área da Administração Tributária, tendentes, de um lado, a reduzir os efeitos conjunturais negativos na economia, através de estímulos e benefícios fiscais especialmente destinados aos setores produtivos da economia e aqueles dedicados à atividade exportadora e, de outro lado, as medidas visam a fins eminentemente sociais, sobretudo de caráter redistributivista.

Não faremos um exame exaustivo - porque ocioso e repetitivo - de todas essas medidas arroladas no Relatório, mas destacaremos algumas, que consideramos principais.

2.1 A Lei nº 6.264, de 19.11.75, veio favorecer à empresa privada, de forma bastante significativa, na medida em que extinguiu o tratamento tributário privilegiado das empresas públicas e sociedades de economia mista. Em consequência, com o imposto de renda incidindo sobre o montante do lucro tributável dessas entidades, excetuada a parte correspondente às atividades monopolizadas, desapareceram os es-

peciais atrativos para investimento no âmbito da empresa pública.

2.2 O problema do capital estrangeiro destinado à aplicação no nosso mercado de capitais foi o que motivou o advento do Decreto-lei nº 1.401 de 07.05.75. Referido Decreto-lei estabelece o tratamento tributário dos rendimentos pagos aos residentes e domiciliados no exterior pelas Sociedades de Investimento, abrindo boas perspectivas de atração dessa poupança externa, tendo em vista nosso interesse de captação desses recursos.

Os benefícios fiscais concedidos a esses capitais objetivam, principalmente, fixá-los no País por prazo elástico, desestimulando o ingresso de investimentos tipicamente especulativos, mediante uma sistemática de tributação de dividendos e ganhos de capital motivadora de sua radicação no País e, conseqüentemente, inibidora da tendência a repatriações antecipadas desses capitais, mas dando um tratamento aos reinvestimentos com um nível de tributação igual ao dos acionistas domiciliados no País.

2.3 Beneficiando diretamente as indústrias de bens de capital, siderúrgia, a de mineração e metalurgia de metais não ferrosos, a de fundição e de ferro-ligas, a de cimento e fertilizantes e outras, o Decreto-lei nº 1.410, de 31 de julho de 1975, estabeleceu estímulos fiscais a projetos naqueles setores, que se resumem na permissão de abatimento no Imposto de Renda, devido pelas empresas mutuárias de contratos de financiamento a longo prazo para atividades ligadas aos referidos setores, do valor da correção monetária passiva, excedente do índice anual de 20%.

2.4 Importantíssimas medidas foram tomadas no campo da prestação de serviços, cujo setor voltado à exportação carecia, até então, de uma política de incentivos fiscais indutora de melhor performance desse item no nosso balanço de pagamentos, que, como se sabe, é negativo.

O Relatório da IGF-MF salienta, com acerto, que nosso elenco de incentivos à exposição de manufaturados alcançou excelente nível de aperfeiçoamento, mas ainda reclama certos reajustamentos a outros setores, dentre os quais o de prestação de serviços.

Assim é que o Decreto-lei nº 1.418, de 3 de setembro de 1975, criou mecanismos de favorecimento à exportação de serviços, segundo o Relatório, buscando três metas fundamentais:

- a) fortalecimento e melhoria das empresas nacionais prestadoras de serviços;
- b) alargamento do leque de alternativas para absorção de mão-de-obra, principalmente a de nível técnico superior; e
- c) obtenção de maior receita cambial.

Acreditamos que esses objetivos serão alcançados, a partir das medidas adotadas nesse Decreto-lei, e isto vem demonstrar as preocupações do Governo com todos os setores, concreta e potencialmente, produtivos de nossa economia.

2.5 Medidas do maior interesse econômico foram tomadas na área abrangida pelo Imposto Único sobre Minerais.

Eis algumas delas:

2.5.1 Isenção do imposto até 1978, concedida ao sal marinho destinado à exportação, no contexto da política de manutenção e penetração de nossos produtos no mercado externo, pelo Decreto-lei nº 1.396, de 12.03.75.

2.5.2 A saída de minerais, que constituem matéria-prima para a industrialização de adubos, fertilizantes ou corretivos de solos, foi objeto da isenção do imposto, concedida pelo Decreto-lei nº 1.402, de 23 de maio de 1975.

2.5.3 Ainda nesse campo, o Decreto-lei nº 1.412, de 31 de julho de 1975, operou significativas alterações estruturais do imposto único sobre minerais, estabelecendo a suspensão do imposto nas saídas de minerais para estocagem, destinada à exportação ou colocação no mercado interno, bem assim definindo a hipótese de incidência do tributo sobre a utilização econômica de minerais considerados inaproveitáveis, economicamente, na época da extração, o que veio preencher uma lacuna da legislação específica.

Também esse Decreto-lei concedeu isenção do imposto sobre os minerais utilizados na construção de obras públicas, reduzindo sensivelmente o seu custo.

2.6 Considerações especiais devem ser feitas em torno do Decreto-lei nº 1.409, de 11 de julho de 1975, que incluiu no campo de incidência do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos ou Gasosos o álcool anidrido proveniente da cana-de-açúcar, destinado à mistura com gasolina automotora. A inclusão prevê a incidência do imposto a uma alíquota de 5%, incidência esta apenas nominal, anula da que foi pela concessão, até 1969, de isenção do tributo sobre a produção, importação, circulação ou consumo do produto.

A medida busca, basicamente, de um lado induzir a dinamização da agroindústria canavieira, de outro favorecer uma economia de divisa, com a utilização efetiva do álcool como combustível aditivo.

O Relatório da Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Fazenda esclarece bem o alcance da medida e

as expectativas governamentais, salientando: *"espera-se com esse incentivo não apenas melhorar a posição cambial do País, mas também fornecer uma alternativa segura aos produtores da cana-de-açúcar, na hipótese da queda de seus preços no mercado internacional"*.

Como se percebe, esta é uma medida polivalente, da maior repercussão econômica.

2.7 No campo das importações, várias providências foram tomadas durante o ano de 1975. Destacamos algumas.

2.7.1 No setor dos transportes, o fortalecimento de nossa frota mercante foi uma das prioridades do II PND, recebendo, por isso mesmo, especial tratamento fiscal, visando ao incremento do Programa de Construção Naval e do Plano de Reparação Naval.

Para tanto, o Decreto-lei nº 1.403, de 23 de maio de 1975, concedeu isenção dos impostos sobre produtos industrializados e sobre importação, abrangendo o período ... 1975/1979, incidentes sobre matérias-primas e equipamentos importados especificamente para as finalidades daquele Programa e daquele Plano, dispensando, inclusive, as imposições legais quanto à verificação de similaridade.

2.7.2 De outra parte, atendendo às exigências da Política econômico-fiscal, ditadas pela situação menos favorável do nosso balanço de pagamentos em 1975, os Decretos-leis nºs. 1.421, de 09.10.75, 1.427 e 1.428, ambos de 02.12.75, introduziram medidas tendentes a diminuir o ingresso de superfluos no País, como forma de atenuar os efeitos negativos que o menor rigor tributário causava em nossa balança comercial.

2.8 Relativamente à Zona Franca de Manaus, o Decreto-lei nº 1.435, de 16.12.75 e o Decreto nº 76.801, da mesma data, respectivamente, propuseram significativas alterações na legislação e na sistemática de incentivos fiscais específicos da região, incluindo a Amazônia Ocidental, visando não só à compatibilização daquela sistemática ao atual estágio de desenvolvimento da região, como à própria estratégia industrial, prevista no II PND.

O Relatório lembra muito bem que os incentivos fiscais, instituídos para o desenvolvimento econômico de Manaus, produziram auspiciosos resultados, que na sua feliz expressão "romperam o ciclo de estagnação em que vegetava a região". Nessa ordem de ideias, o Relatório cita alguns exemplos desses resultados positivos, tais como: o crescimento, em 75%, da renda familiar em Manaus, no período em 67/75, em termos reais; a criação de 26 mil empregos, com a aprovação pela SUFRAMA de 138 projetos industriais; o consumo de

energia elétrica, quatro vezes maior no decurso desses 8 anos; o aumento real da receita do ICM, entre 67/74, da ordem de 230%.

Por outro lado, apresentaram-se algumas distorções, como: a importação indiscriminada por critérios de maior racionalidade econômica de mercadorias estrangeiras; baixa utilização de matérias-primas locais; e a desaconselhável concentração de investimentos em certos segmentos industriais, com prejuízo da repercussão econômica mais ampla.

Tais distorções foram objeto das medidas corretivas adotadas nesses dois diplomas legais.

2.9 Desde que foi introduzido no sistema tributário nacional, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICM) constituiu-se numa permanente preocupação do Governo Federal no que se refere, entre outras coisas, ao disciplinamento dos critérios de concessão ou revogação das isenções desse imposto.

A preocupação era no sentido de impedir ou evitar que os Estados lançassem mão de sua autonomia para estabelecer mecanismos de concorrência fiscal, prejudiciais à pretendida estabilidade do quadro econômico-fiscal do País.

O Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66), no seu art. 213, já previra uma fórmula adequada, em relação à uniformidade de alíquotas, para atender àquele objetivo, que era a celebração de convênios entre Estados de uma mesma região geo-econômica.

O Ato Complementar nº 34, de 30.01.67, utilizou a mesma fórmula, ou seja, realização de convênios entre Estados da mesma região geo-econômica, a fim de estabelecer uma política comum e uniforme em matéria de isenções.

A propósito, os "consideranda" do Senhor Presidente da República para editar o referido Ato, traduzem bem aquelas preocupações:

" Considerando que a concessão de isenções, reduções e outros favores fiscais no que se refere ao imposto sobre circulação de mercadorias constitui matéria de relevante interesse para a economia nacional e para as relações interestaduais;

Considerando que os Convênios já celebrados pelos Governos do Nordeste e do Região Centro-Sul dispõem sobre política comum em matéria de isenções;

Considerando, entretanto, que por motivo relevante do interesse nacional faz-se necessário dar plena efetividade à solução convencional do problema da harmonização das políti-

cas estaduais de isenções e reduções de imposto sobre circulação de mercadorias;

....."

(grifos nossos).

A Emenda Constitucional nº 1, de 1969, alterou parcialmente as disposições constitucionais da Carta de 67, na parte referente ao sistema tributário, introduzindo a norma contida no §6º do art. 23 de seu texto, assim:

" Art. 23 -

§ 6º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos fixados em convênio, celebrados e ratificados pelos Estados, segundo o disposto em lei complementar".

Não obstante desde essa época estar prevista a celebração de convênios nacionais, nos termos definidos em lei complementar, não surgira a referida lei. E os convênios continuavam a ser celebrados nos termos do Ato Complementar nº 34/67, por regiões geo-econômicas, o que favorecia a uma certa margem de manobra dos Estados no que lhes restava da ainda pequena autonomia para isentar, persistindo, assim, um resíduo do problema.

Com o advento da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, solucionou-se a questão, disciplinando-se o dispositivo da Emenda Constitucional nº 1/69, com a implantação dos convênios nacionais para a concessão e revogação de isenções do ICM.

Portanto, no campo da Administração Tributária, esta foi outra importante medida adotada em 1975.

2.10 Na área do imposto de renda muita coisa foi realizada no âmbito da Administração Tributária.

2.10.1 Uma das boas providências tomadas em 1975 foi, sem dúvida, a aprovação do novo Regulamento para a fiscalização e Cobrança do Imposto de Renda pelo Decreto nº 76.186, de 2 de setembro de 1975.

Já se tornava necessário um novo Regulamento deste imposto, à vista de o anterior, vigente desde 1966, estar inteiramente alterado por leis posteriores.

O Relatório diz que este novo diploma controla toda a legislação do imposto e se constitui numa etapa intermediária para se conseguir a redução de toda a legislação em vigor num só texto legal. Todavia, observa ainda o Relatório, que os resultados não poderão ser produzidos ime-

diatamente, dado o caráter dinâmico dessa legislação. De qualquer forma, os esforços para a consolidação têm sido permanentes.

Sobre isso, pensamos que, de fato, tudo deve ser feito no sentido de condensar e diminuir significativamente o volume da legislação do imposto de renda, como imperativo de maior segurança e melhor orientação dos contribuintes em geral. Aliás, isto deve prevalecer, igualmente, para outros impostos, sobretudo ao IPI, ao imposto sobre importação e aos impostos únicos sobre lubrificantes e combustíveis e sobre minerais, uma vez que a legislação desses tributos também carece de melhor organicidade e sistematização no que concerne à consolidação de textos legais.

Esta observação crítica que fizemos é fundamentalmente construtiva, visando ao próprio interesse do Fisco federal.

2.10.2 Ainda no campo do imposto de renda, queremos destacar o Decreto-lei nº 1.408, de 7 de julho de 1975, que prorrogou até 1980 a faculdade concedida às pessoas jurídicas, pelo Decreto-lei nº 770/69, de deduzir até 1% do imposto devido para aplicação em ações novas da Empresa Brasileira de Aeronáutica.

Trata-se de uma medida de alto interesse para a já vitoriosa indústria aeronáutica brasileira, pois proporciona um fluxo de recursos, captados desse incentivo, capaz de atender, ainda que parcialmente, à demanda de capital necessário à expansão da referida empresa.

2.10.3 Finalmente, quanto ao imposto de renda — pessoa física, o Decreto-lei nº 1.424, de 3 de novembro de 1975, representou mais um passo ao aperfeiçoamento e à adequação desse imposto à principal meta da Política Fiscal, que é a justiça fiscal.

O objetivo é, realmente, avançar nessa direção, como demonstrou o referido Decreto-lei, cujas finalidades foram: redimensionar a carga tributária, tornando-a menor para os de capacidade contributiva mais baixa; aperfeiçoar a sistemática dos incentivos fiscais, de maneira que os contribuintes de menor renda fossem mais beneficiados; progredir na promoção de uma melhor redistribuição de renda.

O Relatório do IGF-MF manifesta-se sobre o verdadeiro sentido do Decreto-lei nº 1.424/75 de forma eloquente:

"Visou-se ajustar a técnica e o instituto do imposto ao ideal de uma sociedade aberta inspirada em princípios de justiça fiscal, de sorte a fundamentar a função tributária na efetiva capacidade contributiva da cidadã,

aliviando significativamente os contribuintes de faixas de renda baixas, aumentando, por outro lado, o elenco de instrumentos de caráter redistributivista, diretos e indiretos".

2.11 Conforme advertimos no princípio deste capítulo, abordaremos apenas aquelas medidas, tomadas no âmbito da Administração Tributária, que consideramos as mais importantes.

Contudo, o Relatório da Inspeção Geral de Finanças arrola outras medidas também relevantes, no que, aliás, novamente demonstra o zelo das informações e esclarecimentos escrupulosamente detalhados, num comportamento exemplar.

PROGRAMAÇÃO E DESEMPENHO DE CAIXA DO TESOURO

Em 1975, a execução de caixa do Tesouro Nacional apresentou um superávit de Cr\$ 73,4 milhões.

Esse resultado, deve-se a uma receita arrecadada de Cr\$ 95.446,3 milhões, comparativamente a um dispêndio de Cr\$ 95.372,9 milhões.

Com respeito ao exercício financeiro de 1974, os desembolsos representaram um acréscimo de 24,3%. No que tange à receita, esta correspondeu a um incremento de 30,6%.

Em decorrência do excesso de arrecadação, os dispêndios puderam ultrapassar os Cr\$ 90.247,3 milhões fixados pelo Decreto nº 75.159, de 30 de dezembro de 1974, que dispõe sobre as normas de execução orçamentária e as bases da programação financeira para o exercício de 1975. Esses recursos foram liberados com antecedência compatível com o andamento das atividades, apesar de que a programação de desembolso tenha determinado uma parcela como "despesa a programar", a ser entregue no exercício subsequente.

Quanto aos programas especiais, no exercício em tela, ocorreu a extinção do PROVALE e PRODOESTE, porém, em compensação, três outros programas foram instituídos, com objetivos sócio-econômicos ampliados, bem como, abrangendo maior área a ser beneficiada. Tais programas são o POLORORDESTE, o POLAMAZÔNIA e o POLOCENTRO, com recursos provenientes do PIH e PROTERRA.

Foram canalizados para os Programas especiais, em 1975, o montante de Cr\$ 4.941,2 milhões. Em termos relativos, corresponde a um incremento, comparativamente a 1974, de 38,2%.

Os servidores públicos tiveram o seu Programa de formação patrimonial, o PASEP, acrescido pelo Governo Federal de Cr\$ 1.335,1 milhões. Esta importância, transferida através da Comissão de Programação Financeira, representou uma variação positiva, em termos do exercício passado, de ... 47,4%.

Essa considerável parcela de recursos canalizados, tendo-se em conta que em 1974 somou Cr\$ 905,5 milhões, superior portanto em Cr\$ 429,6 milhões, representa o estímulo e a importância destacada na alocação de recursos de forma a cristalizar os hábitos de poupança, sem onerar os ganhos normais dos servidores públicos, por se originarem de contribuição governamental.

RECURSOS

Como já foi mencionado anteriormente, o montante de recursos registrados em Caixa do Tesouro importou em Cr\$ 95.446,3 milhões.

Esse resultado, que representa um acréscimo de 24,3% em relação a 1974, independente do aumento da carga tributária sobre a produção, deve-se em grande parte ao aperfeiçoamento da legislação fiscal e consequente melhoria dos órgãos arrecadadores.

Com uma variação positiva de 11,7%, a Receita livre arrecadada superou a prevista e contribuiu efetiva e isoladamente para o incremento de recursos, pois, as Receitas vinculadas foram a um nível inferior à previsão, ou seja, 3,7% abaixo.

Dessa forma, tornou-se significativa a participação das Receitas livres no total das Receitas Orçamentárias, correspondente a 64,8% dos recursos arrecadados pelo Tesouro Nacional.

O quadro a seguir demonstra o comportamento entre os recursos previstos e arrecadados:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Discriminação	Prevista	Arrecadada	Cr\$ Milhões	
			Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Livre	55.331,0	61.830,7	6.499,0	11,7
Vinculada	34.915,6	33.615,6	-1.300,0	- 3,7
T O T A L	90.246,6	95.446,3	5.199,0	5,8

FONTE: Banco Central do Brasil e Banco do Brasil S.A.

A Receita Tributária correspondeu a 93,2% do total das Receitas Correntes no exercício financeiro de 1975, em contrapartida à sua participação em 1974, que foi de ... 90,7%. A maior participação no presente exercício, decorre de uma elevação na Receita Tributária no período de 1974/75, de 27,6%, que em termos absolutos representa um acréscimo considerável de Cr\$ 19.232,7 milhões.

O principal tributo em volume de arrecadação foi o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, com um montante de recursos da ordem de Cr\$ 34.433,0 milhões. A contribuição do IPI, corresponde a 36,1% das Receitas Correntes e 40,8% da Receita Tributária, posição esta, semelhante aos dois exercícios anteriores. Porém, o quantum arrecadado, se compararmos com o exercício de 1974, atinge um acréscimo percentual de 23,5%, ou seja, de Cr\$ 6.558,5 milhões.

Apesar das medidas no sentido de extinguir ou diminuir as alíquotas do IPI, bem como, dilatar prazos de recolhimento, o resultado obtido com esses tributos foi excelente. Essas medidas, de caráter fiscal, foram executadas pelas autoridades fazendárias no sentido de fortalecer a atividade econômica.

Ao IPI, segue-se em importância o Imposto de Renda com recursos carreados da ordem Cr\$ 24.589,4 milhões, que representa um crescimento relativo, tendo-se em conta o exercício passado, de 27,8%. Esse montante, superou a estimativa orçamentária em 8%.

Em decorrência da ampliação das Bases de isenção do tributo e a implantação do sistema de bases correntes, o Imposto de Renda sobre a pessoa física reduziu a sua importância, com um montante de recursos captados de Cr\$... 1.570,5 milhões, enquanto em 1974 importou em Cr\$ 2.498,8 milhões. Em termos relativos, essa redução foi da ordem de ... 37,1%. Consequentemente, a participação percentual do Imposto de Renda sobre a pessoa física, no total do tributo, passou de 1974 para 1975 de 13% para 6,4%.

O Imposto de Renda relativo à pessoa jurídica apresentou uma posição bastante significativa, se compararmos com o exercício anterior. O total arrecadado, de Cr\$ 8.546,5 milhões, em 1975, representa um resultado superior àquele em 32,2%.

A maior participação da arrecadação na fonte, no total do Imposto Sobre a Renda, 68,8% em 1975, enquanto em 1974 foi de 53,4%, justifica-se na orientação de antecipar a arrecadação do imposto por lançamento. Em termos absolutos, correspondeu ao montante de Cr\$ 14.472,4 milhões e recaiu predominantemente na remuneração do assalariado e nos serviços prestados.

Um o objetivo de reduzir o agravamento da balança comercial, os bens importados foram submetidos a alíquotas mais realistas. Concomitantemente, foram extintos, parcial ou totalmente, benefícios aos bens de importação que po

deriam ser produzidos pela indústria nacional). Dessa forma, o Imposto sobre Importação superou em 40,1% a arrecadação efetiva de 1974, retratando ainda, um aumento das importações realizadas no exercício financeiro de 1975.

O principal componente da Receita Vinculada foi o Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Com um crescimento de 20% sobre o exercício anterior, a arrecadação em 1975 foi de Cr\$ 8.191,8 milhões.

Apesar da melhoria crescente das atividades de mineração e da elevação nos preços de suas exportações, principalmente do ferro, os Impostos Únicos sobre Minerais tiveram pouca significação, em termos de volume global para o Tesouro, com uma arrecadação de Cr\$ 788,8 milhões. O mesmo se deu com os Impostos Sobre Energia, apesar de um crescimento relativo de 39,2%, contribuiu para o Tesouro com Cr\$ 2.742,3 milhões, o que constitui uma participação no total dos recursos de 2,9%.

Finalmente, superando em 25,3% o exercício passado, as TAXAS apresentaram uma arrecadação de Cr\$ 4.437,1 milhões. A Taxa Rodoviária Única e a Taxa de Melhoramento dos Portos foram as mais significativas. A primeira com uma arrecadação de Cr\$ 3.052,6 milhões e a segunda com Cr\$ 1.373,0 milhões.

DESPESA

Em 1975, as despesas de caixa superaram o exercício anterior em 30,8%, situando-se em Cr\$ 95.372,9 milhões.

Para que o deficit previsto não se constituísse em fator inflacionário, foi mantida uma margem de segurança correspondente a 12% das despesas relativas a Outros Custeios e Capital.

Porém, as dotações orçamentárias relativas aos dispêndios com pessoal e encargos sociais, foram colocadas imediatamente à disposição dos Órgãos da Presidência da República, aos Poderes Legislativo e Judiciário e aos Ministérios.

De acordo com o Decreto de Programação Financeira e os créditos adicionais, a alocação temporal dos recursos, apresentada pela Comissão de Programação Financeira, foi a seguinte:

LIBERAÇÃO DE RECURSOS (Distribuição Trimestral)

TRIMESTRE (1975)	Aplicação no		Resíduos Passivos	T O T A L
	País	Exterior		
1º	12.656,1	1.266,8	1.745,1	15.667,0
2º	13.140,0	266,4	-	13.406,4
3º	15.276,9	553,0	-	15.829,9
4º	20.731,4	137,1	-	20.868,5
T O T A L	61.804,4	2.222,3	1.745,1	65.771,8

No exercício em tela, o volume de recursos captados junto ao público pelo Tesouro Nacional foi da ordem de Cr\$ 16.216,1 milhões. Através de operações de crédito, as Autoridades Monetárias absorveram recursos que totalizaram Cr\$ 16.289,5 milhões, em decorrência do superavit ocorrido de Cr\$ 73,4 milhões.

As operações de crédito do Tesouro Nacional em 1975, são retratadas no quadro a seguir:

TESOURO NACIONAL

(Operações de Crédito em 1975)

	Cr\$ Milhões
A. Posição junto às Autoridades Monetárias. (-)	16.289,5
B. Posição junto ao Público..... (+)	16.216,1
T O T A L (A + B).....	73,4

FONTE: Banco Central e Banco do Brasil S.A.

O comparativo da execução financeira do Tesouro Nacional nos exercícios 1974/75 é apresentado no quadro que se segue:

TESOURO NACIONAL
Execução Financeira
1974/1975

DISCRIMINAÇÃO	1974	1975	Variação 1975/74	C\$ milhões PARTICIPAÇÃO % S/TOTAL	
				1974	1975
RECURSOS (1 + 2)	76.810,1	95.446,3	24,3	100,0	100,0
1-Receita Tributária (A+B) ...	69.677,4	86.910,1	27,6	90,7	93,2
a) Impostos	66.135,4	84.473,0	27,7	86,1	88,5
IPI	27.874,5	34.433,0	23,8	36,3	36,1
Renda	19.211,4	24.589,4	27,6	26,1	26,1
Importação	6.790,1	9.611,2	40,1	8,8	10,1
Energia Elétrica	1.908,3	2.741,3	39,2	2,6	2,9
Minerais	404,0	788,8	70,0	0,5	0,8
Lubríf. e Combustíveis ..	6.828,1	8.191,8	20,0	8,9	8,6
Transp. Rod. Passageiros ..	178,7	237,6	37,6	0,2	0,2
Atrib. União a Territórios ..	12,5	31,4	102,6	0,0	0,0
IOF	2.764,1	3.270,0	41,6	3,6	4,1
b) Taxas	3.542,0	4.437,1	25,3	4,6	4,7
2-Outros Recursos (1)	7.132,7	6.536,2	- 8,4	9,3	6,8
DESPESA	72.927,7	95.372,9	30,8	100,0	100,0
Pagamento Juros e Comis.	600,1	917,3	52,0	0,8	1,0
Cotas Despesas (Efetiva) ...	42.438,0	59.644,1	40,2	58,2	61,5
Dist. Rec. Vinc.	19.851,1	26.569,0	33,1	27,1	27,6
Fundo de Participação	5.631,0	7.056,0	25,3	7,7	7,4
Diversos	4.306,5	1.201,9	- 72,1	6,9	1,3
RESULTADO DE CAIXA	3.882,4	73,4	- 98,1	-	-
OPER. CRÉD. (A+B) (2)	- 3.882,4	- 73,4	- 98,1	-	-
a) Junto as Aut. Monetárias.	- 8.790,6	-16.289,5	- 85,3	-	-
b) Junto Públ. (I + II)	4.908,2	16.216,1	230,4	-	-
I-Através Div. Mob.	4.898,1	16.187,6	236,7	-	-
II-Dep. Contrib.	10,1	28,5	155,9	-	-

1) Inclui receitas em trânsito e a classificação.
2) O sinal negativo indica crédito do Tesouro Nacional.
Nas variações o sinal negativo indica aumento do Créd. do Tes. Sup.
NOTA: Banco Central e Banco do Brasil S.A.

ORÇAMENTO

II - ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO

2.1 Comumente os Orçamentos sofrem alterações, no curso de sua execução, por força dos créditos adicionais legalmente abertos durante o exercício, ou ainda essas modificações ocorrem em razão de outros atos legais, que alteram a competência para a movimentação ou utilização dos recursos orçamentários.

No exercício de 1975, além dos créditos adicionais abertos - adiante examinados - foram introduzidas as seguintes modificações no Orçamento, mencionadas no Relatório da IGF-MF:

" - A Lei nº 6.282, de 10 de julho de 1976, publicada no Diário Oficial de 11 do mesmo mês e ano, autorizou a constituição da empresa pública, Empresa de Portos do Brasil S.A. - PORTOBRA e extinguiu o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, transferindo para a PORTOBRA as parcelas das despesas em vigência do DNV. O Decreto nº 26.801, de 28 de dezembro de 1976, aprovou o estatuto da PORTOBRA.

1 - A LEI ORÇAMENTÁRIA

1.1 A Lei nº 6.187, de 16 de dezembro de 1974, aprovou o Orçamento Geral da União, para o exercício financeiro de 1975, estimando a Receita e fixando a Despesa em Cr\$ 113.396.375.000,00 (cento e treze bilhões, trezentos e noventa e seis milhões e trezentos e sessenta e cinco mil cruzeiros):

1.2 Embora a referida lei orçamentária tenha previsto - como habitualmente se faz, com base em autorização constitucional - a realização de operações de crédito por antecipação da receita, o Orçamento para o exercício de 1975 não registrou quaisquer dessas operações, segundo o Relatório da IGF-MF.

- A Lei nº 8.228, de 16 de julho de 1971, altera a denominação e a competência do Departamento Administrativo do Serviço Público, em função da extinção, bem como transfere os recursos orçamentários e extra-orçamentários da Coordenação de Desenvolvimento e Treinamento - CODEDEP para o Grupo Executivo de Complementação da Mudança dos Órgãos da Administração Federal para Executar - GEHOD. A referida Lei extinguiu o Centro de Aperfeiçoamento do INSP, órgão mantido previsto no art. 113 do Decreto-lei nº 100/67, transferindo suas atribuições à quel Departamento. O Decreto nº 76.276, de 15 de setembro de 1976 - Diário Oficial de 10 de setembro de 1976, dispõe sobre a estrutura básica do Departamento Administrativo do Serviço Público.

- O Decreto nº 11.211, de 15 de janeiro de 1976, aprovando as estatutas do Conselho Brasileiro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CBCT), extinguiu o Conselho Nacional de Pesquisas e transferiu os recursos orçamentários e extra-orçamentários, mantidos até 31 de dezembro de 1976, para o Conselho Brasileiro de C.T.

- O Decreto nº 76.561, de 4 de abril de 1976, publicado no Diário Oficial da mesma data, dispõe sobre a competência para promoção e coordenação política da estrutura do Plano Diretor de Melhoramentos, estabelecendo que os recursos orçamentários previstos para projetos e atividades de tecnologia industrial da Central de Melhoramentos, contidos no Orçamento Geral da União para 1976, bem como no Orçamento Plurianual de Investimentos - triênio 1976/1977, sejam transferidos para o Ministério da Indústria e do Comércio.

- O Decreto nº 76.227, de 18 de setembro de 1976, que tornou sem efeito as extensões concedidas, dispõe sobre as empresas Rádio Nacional do Rio de Janeiro e TV Rádio Nacional do Brasil e autoriza a instalação, operação e radiodifusão, dentro do Ministério da Comunicação, de uma estação de rádio-fusão na cidade de São Paulo, para transmissão de programação de rádio e televisão.

dos do Ministério da Fazenda - Coordenadoria das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional para o Ministério da Comunicação, os recursos orçamentários do exercício de 1975.

- O Decreto nº 76.487, de 22 de setembro de 1976, Diário Oficial de 23 de setembro de 1976, dispõe sobre a extinção e o destino do patrimônio da Comissão de Readaptação das Incapazes das Forças Armadas - CEIFA, estabelecendo que as dotações orçamentárias por ela administradas passem a ser movimentadas pelo Estado Maior das Forças Armadas."

Eis, portanto, as alterações de destinação das dotações e de competência para sua utilização.

Agora vejamos os créditos adicionais.

III - CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS

3.1 O Orçamento de 1975 sofreu alterações de correntes dos créditos adicionais abertos no exercício, cujo montante foi da ordem de Cr\$ 35.017.722.536,00 (trinta e cinco bilhões, dezessete milhões, setecentos e vinte e dois mil e quinhentos e trinta e seis cruzeiros), desdobrados da seguinte forma:

	Cr\$ 1,00
Suplementares	29.405.014.436
Especiais	5.612.708.100
	<u>35.017.722.536</u>

3.2 De acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que "estabelece normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal", os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária, classificando-se em suplementares, especiais e extra ordinários (arts. 40 e 41 da referida Lei 4.320/64).

Dispõe o art. 43 da mesma Lei que a abertura dos créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis, cuja origem e natureza são especificados no § 1º e seus incisos, desse artigo, assim:

" Art. 43
.....

§ 1º - Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso da arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei; e

IV - o produto das operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las".

O Relatório da Inspeção Geral de Finanças, do Ministério da Fazenda, esclarece ampla e satisfatoriamente que a abertura desses créditos adicionais foi atendida com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício anterior (1974), bem assim com os recursos resultantes do excesso de arrecadação e da anulação de dotações orçamentárias, de conformidade com o previsto nos incisos I, II e III do § 1º, do citado art. 43.

3.3 Os créditos suplementares obedeceram aos seguintes montantes e respectivas autorizações:

1) De acordo com o art. 6º da própria Lei Orçamentária (Lei nº 6.187/74), o Poder Executivo foi autorizado a abrir os referidos créditos até o limite de 20% do total da despesa fixada, consoante estabeleceu, nesse sentido, o art. 7º da Lei nº 4.320/64. Tal limite representou um montante de Cr\$ 22.679.275.000,00, correspondente aos créditos suplementares autorizados no próprio Orçamento.

2) A Lei nº 6.266, de 21 de novembro de 1975, autorizou também o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até Cr\$ 10.409.000.000,00, pela utilização de recursos decorrentes do excesso de arrecadação, pelo que o limite máximo para abertura de créditos suplementares no exercício financeiro de 1975 atingiu Cr\$ 33.088.275.000,00, assim especificados:

	Cr\$ 1,00
Lei nº 6.187/74	22.679.275.000
Lei nº 6.266/75	10.409.000.000
	<u>33.088.275.000</u>

Baseado nessas autorizações, o Poder Executivo abriu créditos suplementares, que totalizaram Cr\$ 27.029.457.600,00, sendo:

	Cr\$ 1,00
Anexo II	26.488.855.400
Anexo III	540.602.200
	<u>27.029.457.600</u>

O Anexo II, na lei orçamentária, corresponde à discriminação da despesa, com especificação das dotações dos Órgãos e Unidades Orçamentárias. O Anexo III refere-se às Entidades Supervisionadas.

Tivemos ainda, à vista da autorização contida no inciso II do art. 6º, da citada Lei Orçamentária nº 6.187/74, e do que estabeleceu o Decreto nº 76.908, de 24 de dezembro de 1975, Cr\$ 2.916.159.036,00 de créditos suplementares abertos para, segundo o Relatório, "atender à aplicabilidade das receitas vinculadas a fundos especiais, visto a arrecadação ter sido superior à estimativa".

Dessa forma, o total de créditos suplementares abertos no exercício financeiro de 1975 somou:

	Cr\$ 1,00
Anexo II	29.405.014.436
Anexo III	540.602.200
	<u>29.945.616.636</u>

3.4 Quanto aos créditos especiais, tivemos no exercício um total de Cr\$ 5.883.489.500,00, dos quais Cr\$ 5.882.235.000,00 referem-se ao Anexo II e Cr\$ 1.254.500,00 ao Anexo III.

O Relatório, ao mencionar o montante correspondente ao Anexo II (pág. 88) omitiu, inadvertidamente, os três zeros da classe das centenas, valendo nossa observação apenas para aqueles que venham, numa eventualidade, a estudar o Relatório da Inspeção Geral de Finanças - M.F., com pressa.

Mas, a parcela dos referidos créditos, pertencente ao Anexo II, sofreu alterações decorrentes das anulações procedidas de acordo com os Decretos nºs. 76.466, de 16/10/75, 76.883, de 22/12/75 e 76.914, de 26/12/75, no valor total de Cr\$ 269.526.900,00, reduzindo-se, pois, aquele montante a Cr\$ 5.612.708.100,00, cuja demonstração pode ser assim apresentada:

	Cr\$ 1,00
ANEXO II	
Créditos Abertos	4.768.145.000
Créditos Anulados	1.566.900
	<u>4.766.578.100</u>
Créditos Reabertos	1.114.090.000
Créditos Anulados	267.960.000
	<u>846.130.000</u>
T O T A L	<u>5.612.708.100</u>

Relativamente aos recursos existentes para a abertura dos créditos especiais, o Relatório informa terem sido provenientes de anulação de dotações orçamentárias, da ordem de Cr\$ 332.273.000,00, e do superavit financeiro, equivalente a Cr\$ 4.435.872.000,00.

Em 1975 foram reabertos créditos especiais no total de Cr\$ 1.114.090.000,00, tendo sido anulados Cr\$ 267.960.000,00, que beneficiaram os seguintes Órgãos e Partes do Orçamento:

	Cr\$ 1,00
Justiça do Trabalho	1.290.000
Ministério da Saúde	1.800.000
Encargos Gerais da União	843.040.000
T O T A L	846.130.000

A autorização para reabertura de créditos especiais encontra-se no § 4º do art. 62 da Constituição, que dispõe:

" Art. 62

§ 4º - Os créditos especiais e extraordinários não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulga-

do nos últimos quatro meses daquela exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, poderão vigor até o término do exercício financeiro subsequente". (grifos nossos)

Portanto, a reabertura dos créditos especiais ocorre nessa hipótese, valendo notar que o crédito reaberto independe da indicação de recursos - como tem salientado o Relatório da IGF-M - tendo em vista que no ato de sua abertura esses recursos foram indicados.

Embora o Relatório da Inspeção Geral de Finanças tenha esclarecido satisfatoriamente a execução orçamentária, no que concerne aos créditos adicionais, reparamos na omissão dos atos legislativos autorizadores da abertura dos créditos especiais, mormente aqueles cujos valores foram parcialmente reabertos no exercício. É verdade que se poderá responder que no Relatório referente às Contas do exercício de 1974 tais atos foram, devidamente, mencionados, pois os créditos reabertos em 1975 pertenceram originalmente ao exercício anterior. Mas, a nosso ver, não seria ociosa a repetição.

3.5 A seguir, transcrevemos um Quadro contendo a especificação dos créditos adicionais abertos em 1975, por Ministérios e Órgãos:

CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS

Cr\$ 1,00

MINISTÉRIOS E ÓRGÃOS	Suplementares	Especiais	TOTAL
PODER LEGISLATIVO			
Câmara dos Deputados	140.083.400	-	140.083.400
Senado Federal	76.783.000	-	76.783.000
Tribunal de Contas da União	17.720.000	-	17.720.000
PODER JUDICIÁRIO			
Supremo Tribunal Federal	4.375.200	-	4.375.200
Tribunal Federal de Recursos	1.651.500	-	1.651.500
Justiça Militar	16.847.000	-	16.847.000
Justiça Eleitoral	106.068.900	-	106.068.900
Justiça do Trabalho	209.782.000	14.730.000	224.512.000
Justiça Federal de 1ª Instância	52.884.800	2.680.000	55.564.800
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	14.284.000	-	14.284.000
PODER EXECUTIVO			
Presidência da República	358.715.935	-	358.715.935
Ministério da Agricultura	253.780.400	-	253.780.400
Ministério da Agricultura	912.073.541	-	912.073.541
Ministério das Comunicações	173.965.401	-	173.965.401
Ministério da Educação e Cultura	1.499.170.052	-	1.499.170.052
Ministério do Exército	1.644.413.000	-	1.644.413.000
Ministério da Fazenda	574.193.100	-	574.193.100
Ministério da Indústria e do Comércio	18.867.000	-	18.867.000
Ministério da Interior	237.241.708	20.000.000	257.241.708
Ministério da Justiça	87.127.200	-	87.127.200
Ministério da Marinha	996.384.600	-	996.384.600
Ministério das Minas e Energia	231.569.719	-	231.569.719
Ministério da Previdência e Assistência Social	162.746.200	510.000	163.256.200
Ministério das Relações Exteriores	126.316.800	-	126.316.800
Ministério da Saúde	362.880.320	1.000.000	363.880.320
Ministério do Trabalho	130.600.386	2.926.600	133.526.986
Ministério dos Transportes	1.407.898.667	664.122.850	2.072.021.517
Encargos Gerais da União	12.761.456.898	4.774.618.100	17.536.074.998
Fundo Nacional de Desenvolvimento	1.321.126.101	140.800.000	1.461.926.101
Fundo de Reserva do Desenvolvimento	1.400.410.000	-	1.400.410.000
Fundo de Construção	2.301.730.000	-	2.301.730.000
TOTAL	22.405.014.496	5.022.139.150	27.427.153.646

IV - DESPESA TOTAL AUTORIZADA

4.1 A despesa total autorizada constitui a soma da despesa fixada na Lei Orçamentária com o montante dos créditos adicionais abertos, deduzidas as anulações processadas.

Dessa forma, temos a seguinte demonstração da despesa total autorizada:

	<u>Cr\$ 1,00</u>
Despesa fixada no Orçamento	90.247.261.000
Créditos adicionais abertos	<u>35.287.249.436</u>
T O T A L	125.534.510.436
Menos: Anulações	<u>16.412.128.400</u>
DESPESA TOTAL AUTORIZADA	<u>109.122.382.036</u>

V - DÉFICIT PRESUMÍVEL

5.1 O déficit presumível corresponde à diferença entre a receita estimada e a despesa autorizada.

Assim, o déficit presumível foi de Cr\$ 18.875.121.036,20, obtido daquela diferença:

	<u>Cr\$ 1,00</u>
Receita Estimada	90.247.261.000
Despesa Autorizada	<u>109.122.382.036</u>
	<u>18.875.121.036</u>

5.2 Todavia, deve-se computar na receita o valor equivalente ao "excesso de arrecadação" determinado e autorizado na Lei nº 6.266, de 21/11/75, antes referida, da ordem de Cr\$ 10.409.600.000,00.

Por isso, o déficit presumível é reestimado:

	<u>Cr\$ 1,00</u>
Déficit Presumível	18.875.121.036
Excesso de Arrecadação	<u>10.409.600.000</u>
Déficit Presumível Reestimado	<u>8.465.521.036</u>

VI - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 A programação financeira do Tesouro Nacional para o exercício de 1975 foi prevista no Decreto nº 75.159, de 30/11/74, que também fixou as normas de execução orçamentária.

A despesa de caixa do Tesouro não poderá ultrapassar os Cr\$ 90.247.261.000,00, a não ser que a realização da receita permitisse a transposição desse limite.

A programação de desembolso do Poder Executivo obedeceu à disponibilidade de recursos a ele cometida, dividindo-se em "Despesa com Programação Imediata" e "Despesa a Programar".

O Relatório da LCI-PM presta informações sobre o cronograma dessas duas programações de desembolso, apresentando quadro demonstrativo do programa financeiro para 1975, que transcrevemos:

	<u>Cr\$ milhões</u>
A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA	90.247.261,00
RECEITAS CORRENTES	<u>90.247.261,00</u>
1. Contribuição	81.700.200,1
2. Impostos	520.150,0
3. Proventos	30.100,0
4. Diferença	5.106.800,9
5. Diferença	2.240.000,0
RECEITA DE CAPITAL	<u>700,0</u>
D) DESPESA	90.247.261,00
1. PESSOAL	<u>29.606.093,2</u>
Despesa Ordinária	28.090.800,0
Despesa Extraordinária	609.293,2
2. OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL	<u>18.311.573,6</u>
Despesa	18.301.100,1
A Programar	989.922,5
3. VINCULAÇÕES	<u>30.824.061,0</u>
4. PROGRAMAS ESPECIAIS (*)	<u>2.224.816,7</u>
5. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	<u>3.900.000,0</u>
6. A PROGRAMAR (RESERVA)	<u>989.922,5</u>

(*) Programas Especiais (Supervisão da SEMPLAR); Financiamento de Projetos Prioritários (Supervisão da SIVAR) e Fomento à Política de Aumento da Produtividade da Economia (Supervisão do PLANFAR).

VII - REALIZAÇÃO DA RECEITA

7.1 Do capítulo que ora examinamos, esta é a parte mais importante. Trata-se da realização da receita.

A Lei Orçamentária, como vimos, estimou a Receita da União para o exercício de 1975, em Cr\$... 90.247.261.000,00, mas durante a execução orçamentária a receita realizada alcançou os Cr\$ 100.590.849.587,00, ocorrendo, portanto, um excesso de arrecadação de Cr\$ 10.343.588.587,00.

7.2 A Receita Tributária constitui, efetivamente, a parcela mais ponderável da Receita, tendo correspondido no exercício financeiro de 1975 a 91,7% da receita total.

Comparando-se com o exercício anterior, a receita tributária apresentou um crescimento de 31,7%, não obstante em 1974 tal receita tenha alcançado participação percentual, em relação à receita total, mais elevada (92,6%).

Explica-se esta pequena queda na participação pelo acentuado número de benefícios fiscais concedidos, tanto de caráter redistributivo e minorativo da carga tributária sobre o consumidor, quanto estimulativo de nossa expansão industrial.

Analisaremos adiante o comportamento dos impostos que mais contribuíram para a receita, bem assim outros tributos e outras receitas.

7.3 O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é a maior fonte de receita tributária federal, participando em 35,2% da receita total em 1975. Em relação a 1974, quando o IPI chegou a participar em 36,9% da receita, o IPI decresceu em cerca de 1,7%, pelas razões já apontadas para a redução participativa da receita tributária na receita total, pois o IPI é dos impostos mais utilizados com aqueles objetivos extrafiscais.

As prorrogações de prazo para seu recolhimento, propiciando maior desfogo de capital de giro às empresas de setores selecionados e considerados prioritários, assim como os incentivos fiscais concedidos aos setores voltados à exportação, constituíram fortes causas daquela redução, compensada, evidentemente, pelo interesse maior da política econômica.

Mesmo assim, o IPI acusou excelente desempenho financeiro em 1975, contribuindo para a receita tributária com uma arrecadação de Cr\$ 35.404.021.941,00, o que representa 26,8% a mais do que foi arrecadado em 1974 - Cr\$ 27.911.740.868,00.

7.4 O segundo imposto, em termos de arrecadação, foi o Imposto sobre a Renda, cuja receita somou Cr\$ 26.312.677.976,00, em 1975, contrastando com os Cr\$ 19.339.689.250,00 de 1974, o que corresponde a um incremento de 36,1%.

Tal crescimento é destacado no Relatório da IGF-MF, acertadamente, como resultante de uma elevação nos padrões de renda, tendo, "como corolário, a ampliação do universo de contribuintes".

Muito importante foi o fato, observado no exercício de 1975, relativo ao deslocamento da origem dos recursos desse imposto, significando a mudança operada na sistemática de cobrança, com ênfase especial na antecipação do imposto mediante retenção na fonte, como decorrência das medidas adotadas no imposto de renda - pessoa física.

Esta sistemática, segundo o Relatório da Inspetoria Geral de Finanças, constitui "a implantação do mecanismo de bases correntes", o que nos parece um certo exagero, tendo em vista que a alternativa encontrada para superar as dificuldades de implantação do verdadeiro sistema de bases correntes foi, realmente, a ênfase na antecipação do imposto pela modalidade da retenção na fonte, mas, de forma alguma, esta alternativa corresponde ao método das bases correntes.

Falando-se de retenção na fonte é de ressaltar-se a atualização monetária dos valores do imposto pago antecipadamente, dedutível do imposto progressivo devido, com base na declaração anual.

Outro aspecto positivo a se destacar foi a concessão aos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, a partir de 1975, com base na Portaria nº 678, de 18 de dezembro de 1974, de benefício fiscal correspondente a 10% das prestações pagas no ano-base, a título de ressarcimento dos encargos para aquisição da casa própria.

Quanto às opções para incentivos fiscais, estas atingiram, em 1975, o total de Cr\$ 11.643.090.000,00, desdobrado e especificado conforme o demonstrativo seguinte:

	Cr\$ 1.000,00
PESSOAS JURÍDICAS	
FINOR	2.632.877
FINAM	830.001
TURISMO	123.801
PESCA	102.140
FLDRESTAMENTO	950.147
EMBRAER	168.270
E. SANTO	40.121
PIN	3.023.464
PROTERRA	2.015.642
MOBRAL	115.123
S O M A	10.001.586

PESSOAS FÍSICAS

Deduções de Certificados de Compra de Ações:

Decreto-lei nº 157/67 ...	1.636.373	
Decreto-lei nº 880/69 ...	5.131	1.641.504
T O T A L		11.643.090

O Relatório adverte que tais valores são sujeitos a retificações, pois correspondem às definições dos contribuintes.

7.5 O Imposto sobre a Importação, em 1975, correspondeu a 9,6% do total da receita, sendo o terceiro imposto federal em arrecadação, chegando aos Cr\$ 9.610.209.705,00, o que significa um crescimento da ordem de 41,3% em relação a 1974.

Esse aumento — como salienta acertadamente o Relatório da IGF-MF — demonstra a crescente e necessária importação de produtos sem similar nacional, ao mesmo tempo que se deve realçar o rigoroso controle da importação de supérfluos e a elevação desestimuladora das alíquotas sobre esses produtos, resultando na superação das previsões mais otimistas em termos de receita.

7.6 O Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos apresentou a maior arrecadação dentre os impostos únicos, contribuindo para a receita tributária com Cr\$ 8.255.413.707,00.

Relativamente ao exercício de 1974, a participação desse imposto decresceu (8,2% em 1975 contra 8,8% em 1974), o que se explica pela redução das alíquotas com a finalidade de diminuir a carga tributária e, consequentemente, o preço final dos combustíveis, atendendo à conveniência de atenuar os efeitos da alta dos preços inter-

nacionais do petróleo.

Tal redução de alíquotas, porém, foi feita criteriosamente, de modo a conservar a arrecadação a níveis que não desacelerassem o atendimento a programas de infraestrutura, suportados pela receita deste imposto.

7.7 O Imposto Único sobre Energia Elétrica representou 2,7% da receita total canalizando Cr\$ 2.721.472.772,00, em 1975, para a União.

Considerando o exercício anterior, sua arrecadação elevou-se de 37,8%.

7.8 O Imposto Único sobre Minerais, como se sabe, é de baixa arrecadação, uma vez que, de sua receita, apenas 10% pertencem à União, conforme preceitua a Constituição.

No exercício de 1975, somou Cr\$ 830.647.324,00, acrescentando comparativamente a 1974 de 66,3%.

7.9 O Imposto sobre Operações Financeiras totalizou uma arrecadação de Cr\$ 4.030.443.823,00 em 1975, tendo registrado um aumento de 44% em relação ao exercício anterior.

O Relatório da IGF-MF persiste em observar — como nos anos anteriores — que as dificuldades da sistematização de recolhimento desse imposto impede a identificação do Estado onde ocorre o fato gerador, daí porque sua arrecadação era totalizada, até 1974, no Estado do Rio de Janeiro (Guanabara) e, a partir de 1975, no Distrito Federal.

De nossa parte, mantemos o mesmo ponto de vista que, em nossos Pareceres anteriores, firmamos. Não se pode compreender tal dificuldade de identificação do Estado onde ocorre o fato gerador, inclusive porque a totalização da arrecadação num determinado local — no caso, o Distrito Federal — resulta das informações e dos registros enviados das outras Unidades da Federação. Ora, sendo assim, não nos parece impossível aquela identificação. Se as razões de tal procedimento são outras, como melhor racionalização administrativa, ou maior facilidade para a apuração da receita, etc., aceitamos. Mas, a dificuldade de identificação do local onde ocorre o fato gerador é uma alegação (inaceitável e incompreensível). Sua admissão implicaria em crer, também, na existência correlata de significativa margem de evasão de receita, o que supomos não ocorrer.

Por fim, cabe a observação uma crítica ao Relatório, não a respeito do seu conteúdo. Apenas, discurso, neste ponto, em explanações.

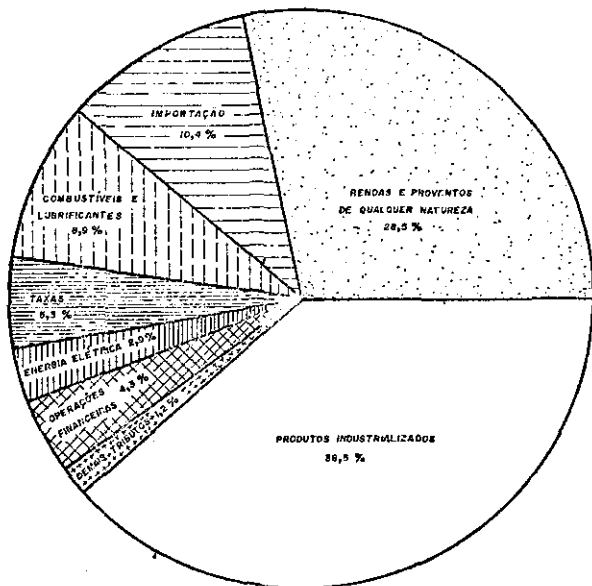
7.10 Quanto às taxas, temos a Taxa Rodoviária Unificada e a Taxa de Utilização dos Portos, duas, juntas, representando 0,1% da receita total desses tributos, com uma arrecadação de Cr\$ 1.900.134.054,90 e de Cr\$ 1.395.077.878,00, respectivamente.

7.11 Apresentamos um Gráfico da Receita Tributária que demonstra bem o comportamento dos Tributos e sua participação na receita tributária:

RECEITA TRIBUTÁRIA

DISCRIMINADA POR TRIBUTOS

1975



VIII - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

8.1 Esse imposto está epígrafado no Relatório da IGF-MF como "Imposto Extra-Orçamentário", devido ao fato de sua competência ser da União, mas o produto de sua arrecadação pertencer aos Municípios.

O INCRA, a quem cabe a tarefa de arrecadar e fiscalizar o imposto em todo o território nacional, fica com 20% da arrecadação do ITR, enquanto os restantes 80% são entregues aos Municípios.

A receita total desse imposto em 1975, somou Cr\$ 121.792.585,72, de acordo com os dados daquele Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Os 80% dos Municípios totalizaram Cr\$.. 97.434.068,58, distribuídos conforme o Quadro a seguir, no tando-se a indicação das parcelas correspondentes aos 20% do INCRA e, ainda, é de salientar-se que os totais referentes aos Municípios estão indicados por Estados:

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
Arrecadação e Distribuição
1975

Unidades da Federação	Em Cr\$		
	Prefeituras 80%	INCRA 20%	TOTAL
Acre	208.735,10	51.568,73	260.303,83
Alagoas	586.171,64	146.542,69	732.714,33
Amapá	3.030,69	759,92	3.790,61
Amazonas	415.041,17	103.760,28	518.801,45
Bahia	2.156.032,23	539.262,66	2.695.294,89
Ceará	1.305.707,57	326.426,89	1.632.134,46
Distrito Federal	70.063,68	17.515,83	87.579,51
Espírito Santo	1.424.768,62	356.189,66	1.780.958,28
Goiás	4.809.719,78	1.222.429,96	6.032.149,74
Maranhão	1.076.219,52	268.954,88	1.345.174,40
Mato Grosso	8.594.492,01	2.148.620,50	10.743.112,51
Minas Gerais	12.684.286,28	3.171.071,57	15.855.357,85
Pará	1.007.306,89	251.826,65	1.259.133,54
Pernambuco	1.236.231,53	309.007,80	1.545.239,33
Piauí	16.025.347,25	4.006.336,81	20.031.684,06
Pernambuco	2.332.141,88	583.036,47	2.915.178,35
Piauí	863.554,49	215.888,63	1.079.443,12
Rio Grande do Norte	717.519,68	179.379,92	896.899,60
Rio Grande do Sul	2.864.591,57	716.147,89	3.580.739,46
Rio de Janeiro	1.521.137,08	380.284,27	1.901.421,35
Roraima	7.102,18	1.776,55	8.878,73
Roraima	1.076,72	269,10	1.345,82
Santa Catarina	4.541.550,05	1.135.387,51	5.676.937,56
São Paulo	26.937.114,92	6.734.279,73	33.671.394,65
Sergipe	2.107.367,55	526.841,88	2.634.209,43
BRASIL	97.434.068,58	24.358.517,14	121.792.585,72

FONTE: INCRA

IX - REALIZAÇÃO DA DESPESA

9.1 O total da despesa realizada pelo Tesouro Nacional foi da ordem de Cr\$ 103.838.692.474,00, representando um acréscimo de 45% em comparação com a do exercício anterior.

Segundo o Relatório, o "nível de desembolso manteve-se dentro dos princípios já consagrados, no sentido da entrega automática de recursos orçamentários, bem como o pronto suprimento para a liquidação de resíduos passivos e a restituição de tributo".

Apresentamos, adiante, um demonstrativo da despesa autorizada - que já comentamos neste capítulo - e a efetivamente realizada, demonstrativo esse feito por Órgãos e Ministérios, com a amostragem da variação entre uma e outra daquelas despesas:

[illegible][illegible][illegible]

the \mathcal{H}^1 -norm. The \mathcal{H}^1 -norm is defined as follows: $\|u\|_{\mathcal{H}^1} = \sqrt{\|u\|_{L^2}^2 + \|\nabla u\|_{L^2}^2}$. The \mathcal{H}^1 -norm is a norm on the space of functions u that are square integrable and whose gradient is also square integrable. The \mathcal{H}^1 -norm is a norm on the space of functions u that are square integrable and whose gradient is also square integrable. The \mathcal{H}^1 -norm is a norm on the space of functions u that are square integrable and whose gradient is also square integrable.

1. *Staphylococcus aureus* (Staphylococcus aureus)
 2. *Staphylococcus aureus* (Staphylococcus aureus)
 3. *Staphylococcus aureus* (Staphylococcus aureus)
 4. *Staphylococcus aureus* (Staphylococcus aureus)
 5. *Staphylococcus aureus* (Staphylococcus aureus)
 6. *Staphylococcus aureus* (Staphylococcus aureus)
 7. *Staphylococcus aureus* (Staphylococcus aureus)
 8. *Staphylococcus aureus* (Staphylococcus aureus)
 9. *Staphylococcus aureus* (Staphylococcus aureus)
 10. *Staphylococcus aureus* (Staphylococcus aureus)

$\mathcal{L}_1 = \mathcal{L}_1(\mathbf{y}, \mathbf{y}_0, \mathbf{y}_1, \mathbf{y}_2, \mathbf{y}_3, \mathbf{y}_4, \mathbf{y}_5, \mathbf{y}_6, \mathbf{y}_7, \mathbf{y}_8, \mathbf{y}_9, \mathbf{y}_{10}, \mathbf{y}_{11}, \mathbf{y}_{12}, \mathbf{y}_{13}, \mathbf{y}_{14}, \mathbf{y}_{15}, \mathbf{y}_{16}, \mathbf{y}_{17}, \mathbf{y}_{18}, \mathbf{y}_{19}, \mathbf{y}_{20}, \mathbf{y}_{21}, \mathbf{y}_{22}, \mathbf{y}_{23}, \mathbf{y}_{24}, \mathbf{y}_{25}, \mathbf{y}_{26}, \mathbf{y}_{27}, \mathbf{y}_{28}, \mathbf{y}_{29}, \mathbf{y}_{30}, \mathbf{y}_{31}, \mathbf{y}_{32}, \mathbf{y}_{33}, \mathbf{y}_{34}, \mathbf{y}_{35}, \mathbf{y}_{36}, \mathbf{y}_{37}, \mathbf{y}_{38}, \mathbf{y}_{39}, \mathbf{y}_{40}, \mathbf{y}_{41}, \mathbf{y}_{42}, \mathbf{y}_{43}, \mathbf{y}_{44}, \mathbf{y}_{45}, \mathbf{y}_{46}, \mathbf{y}_{47}, \mathbf{y}_{48}, \mathbf{y}_{49}, \mathbf{y}_{50}, \mathbf{y}_{51}, \mathbf{y}_{52}, \mathbf{y}_{53}, \mathbf{y}_{54}, \mathbf{y}_{55}, \mathbf{y}_{56}, \mathbf{y}_{57}, \mathbf{y}_{58}, \mathbf{y}_{59}, \mathbf{y}_{60}, \mathbf{y}_{61}, \mathbf{y}_{62}, \mathbf{y}_{63}, \mathbf{y}_{64}, \mathbf{y}_{65}, \mathbf{y}_{66}, \mathbf{y}_{67}, \mathbf{y}_{68}, \mathbf{y}_{69}, \mathbf{y}_{70}, \mathbf{y}_{71}, \mathbf{y}_{72}, \mathbf{y}_{73}, \mathbf{y}_{74}, \mathbf{y}_{75}, \mathbf{y}_{76}, \mathbf{y}_{77}, \mathbf{y}_{78}, \mathbf{y}_{79}, \mathbf{y}_{80}, \mathbf{y}_{81}, \mathbf{y}_{82}, \mathbf{y}_{83}, \mathbf{y}_{84}, \mathbf{y}_{85}, \mathbf{y}_{86}, \mathbf{y}_{87}, \mathbf{y}_{88}, \mathbf{y}_{89}, \mathbf{y}_{90}, \mathbf{y}_{91}, \mathbf{y}_{92}, \mathbf{y}_{93}, \mathbf{y}_{94}, \mathbf{y}_{95}, \mathbf{y}_{96}, \mathbf{y}_{97}, \mathbf{y}_{98}, \mathbf{y}_{99})$

Os pontos são o Fator Especial, em 1973, atingiram o conteúdo de 48,41, 51,6, 44,42, 39, demonstrando um incremento da ordem de 2,1% em relação ao conteúdo de 1972, com a participação de 30,8% no desvio total.

A despesa com Energia e Gás da
 União e as Transferências a Estados, Dis-
 trito Federal e Municípios atingiram, no
 exercício em análise, a Cr\$
 60,387.864.727,00, correspondendo a 55,55
 da despesa efetiva.

A despesa com pessoal, assim consi-
derada e de pessoal civil e militar, fixa-
tivos, pensionistas, salário família e
pessoal da administração descentraliza-
da, atingiu a Cr\$ 36.331.431.524,00, 'participando com 34,02 da despesa da União.

A despesa de Capital montou a Cr\$ 48.634.264.630,60, representando 46,8% da despesa orçamentária. Confrontando-se com o exercício de 1964, houve redução de 11,33% na despesa de Capital, em 1965, em relação a 1964, e de 12,77% em 1966, em relação a 1965.

9.3 Atualmente é muito importante para melhor compreensão do Orçamento a análise das chamadas funções orçamentárias. Seu conhecimento nos permite uma visão global da estrutura do Orçamento.

Vamos ver qual foi a participação, no total da despesa, dessas funções desenvolvidas e desempenhadas pelo Governo Federal:

Administração Superior e Planejamento Global	21,3
Transporte	17,0
Despesa Nacional e Segurança Pública	13,8
Desenvolvimento Regional	12,9
Trabalho, Assistência e Previdência	11,3
Educação e Cultura	6,2
Energia e Recursos Minerais	5,3
Indústria, Comércio e Serviços	4,1
Saúde e Saneamento	2,5
Outros	5,6
T O T A L	100,0

O Grupo Outros compreende 7 (sete) funções, a saber:

Agricultura, Abastecimento e Organização Agrária ...	1,5
Comunicações	1,0
Judiciária	0,9
Legislativa	0,2
Relações Exteriores	3,1
Habitação e Urbanismo	0,4
Justiça	0,2
T O T A L	5,6

X - DESPESAS IMPUGNADAS

10.1 As folhas 104 e 105 do Relatório da Inspeção geral de Finanças, do Ministério da Fazenda, têm o mesmo conteúdo, tratando da mesma matéria, ou seja, das "Despesas Impugnadas" e do "Resultado da Execução Orçamentária".

Portanto, não há diferença entre os dados apresentados em ambas as folhas, a não ser a diferença relativa às despesas imputadas, cuja finalidade é discriminada no respectivo Anexo 105.

Consultando os quadros descritivos e outros elementos do citado Relatório, nada encontramos que nos esclarecesse sobre quais os dados reais e oficiais, e os da folha 104, ou os da folha 105.

Recorrendo ao Parecer técnico e auxiliar do Tribunal de Contas da União, verificamos às fls. 87/89, ao examinar o Balanço Financeiro, que as "Despesas Impugnadas" são aquelas constantes da folha 105, do Relatório da IGF-MF.

De acordo com o referido Parecer do TCU, as citadas despesas são as realizadas "sem a existência de crédito que as comporte, as imputadas a dotação imprópria ou incidentes em proibição legal ...".

Segundo o Relatório da IGF-MF, tais despesas impugnadas somaram, no exercício financeiro de 1975, Cr\$ 61.237.774,08, especificadas da seguinte forma:

	<u>Cr\$</u>
Ministério da Educação e Cultura ..	36,00
Ministério da Marinha	61.233.852,03
Ministério da Saúde	3.886,05
T O T A L ..	61.237.774,08

Informa o Relatório da IGF-MF que o valor "imputado ao Ministério da Marinha refere-se ao programa de Trabalho - Defesa Nacional e Segurança Pública - ciência e tecnologia. Quanto ao Ministério da Saúde, prende-se ao Programa Saúde - Controle e Erradicação das Doenças Transmissíveis".

O valor referente ao Ministério da Marinha é, realmente, elevado.

A propósito, o ilustre Relator do Tribunal de Contas da União esclarece ter solicitado informações àquela Inspeção Geral, em expediente datado de 24 de março de 1976, que teve a seguinte resposta:

"Conquanto Informação recebida do Diretor da Intendência da Marinha, a despesa imputada no valor de Cr\$ 61.233.852,03, relativa ao Ministério da Marinha, foi regularizada através do recolhimento efetuado em 26 de fevereiro de 1976, pela guia nº 007".

Esse esclarecimento satisfaz plenamente, uma vez que o Parecer do TCU constatou a regularização da referida despesa, demonstrando que as despesas impugnadas são debitadas aos ordenadores responsáveis, permanecendo assim sob a responsabilidade dos mesmos, pelo Tribunal de Contas da União, e não sob a dos ordenadores responsáveis, como se alega.

XI - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Despesa Realizada

Orçamento e Suplementação. 99.414.050.962
Créditos Especiais 4.424.641.512 103.838.692.474

11.1 O resultado da execução orçamentária é apurado pelo confronto entre a receita e a despesa.

Déficit 3.247.842.887

Dessa forma, tal resultado pode ser assim demonstrado:

E este foi o déficit orçamentário em 1975, da ordem de Cr\$ 3.247.842.887,00.

Cr\$ 1,00

Receita Arrecadada

Correntes 100.586.499.993
Capital 4.349.594 100.590.849.587

11.2 A seguir, apresentamos um Quadro Demonstrativo da Receita Estimada e da Arrecadada.

Igualmente apresentamos um Quadro da Despesa, por Funções Orçamentárias.

CONFRONTO ENTRE A RECEITA ESTIMADA E A ARRECADADA

ESPECIFICAÇÃO	Estimada	Arrecadada	Receita Arrecadada	Despesa Arrecadada	DIFERENÇA	
					Provisão	Realizada
RECEITAS CORRENTES	99.295.581.000	100.586.499.993	10.309.907.100	-	11,5	-
RECEITA TRIBUTÁRIA	91.750.000.000	94.202.700.000	10.500.000.000	-	12,0	100,0
Imposto	84.500.000.000	87.000.000.000	10.000.000.000	-	12,0	100,0
Imposto de Renda	4.000.000.000	4.000.000.000	4.000.000.000	-	100,0	100,0
Imposto de Renda sobre Lucros e Rendimentos	3.000.000.000	3.000.000.000	3.000.000.000	-	100,0	100,0
Imposto de Renda sobre Proventos e Rendimentos	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	-	100,0	100,0
Imposto sobre Produtos Industrializados	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	-	100,0	100,0
Imposto sobre Consumo	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	-	100,0	100,0
Imposto sobre Transmissão de Bens e Direitos	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	-	100,0	100,0
Imposto sobre Operações Financeiras	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	-	100,0	100,0
Imposto sobre Serviços	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	-	100,0	100,0
Imposto sobre Produtos Industrializados	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	-	100,0	100,0
Imposto sobre Consumo	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	-	100,0	100,0
Imposto sobre Transmissão de Bens e Direitos	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	-	100,0	100,0
Imposto sobre Operações Financeiras	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	-	100,0	100,0
Imposto sobre Serviços	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	-	100,0	100,0
Contribuição Social	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	-	100,0	100,0
Contribuição Social	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	-	100,0	100,0
RECEITA PATRIMONIAL	410.500.000	394.095.993	-	15.274.048	10,0	-
RECEITA INDUSTRIAL	33.120.000	14.120.000	-	10.000.000	57,0	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.096.200.000	6.096.000.000	1.728.312.000	-	24,1	-
RECEITAS DIVERSAS	3.144.460.700	1.610.615.125	-	1.808.844.000	12,0	-
RECEITAS DE CAPITAL	700.000	4.349.594	3.400.000	-	100,0	-
Receita da Venda de Capitais	700.000	4.349.594	3.400.000	-	100,0	-
TOTAL GERAL	99.295.581.000	100.586.499.993	10.309.907.100	-	11,5	-

DESPESA POR FUNÇÃO

FUNÇÕES	Despesas Correntes	Despesas de Capital	TOTAL	Cr\$ 1,00
				Porcentagem Sobre Total Despesa
Legislativa	754.854.300	46.228.000	800.862.300	0,9
Judiciária	220.714.133	14.026.223	234.740.356	0,9
Administração Sup. e Plan. Global	6.814.620.703	18.231.720.663	25.046.341.366	21,2
Agricultura, Abastec. e Org. Igran	1.181.791.548	427.790.013	1.609.581.561	1,6
Comunicações	762.254.246	211.911.710	974.165.956	1,0
Defesa Nac. e Segurança Pública..	12.471.081.506	1.890.227.281	14.361.308.787	12,9
Desenvolvimento Regional	8.161.632.860	8.266.154.784	16.427.787.644	12,9
Educação e Cultura	6.351.842.226	1.028.194.164	7.380.036.390	6,2
Energia e Recursos Minerais	673.044.027	4.607.655.341	5.280.699.368	6,2
Habituação e Urbanismo	4.258.542	407.622.222	411.880.764	0,3
Indústria, Comércio e Serviços..	101.632.276	4.292.822.631	4.394.454.907	4,1
Justiça	125.767.969	15.921.355	141.689.324	0,2
Relações Exteriores	637.890.486	165.473.985	803.364.471	0,6
Saúde e Saneamento	1.065.426.527	811.523.430	1.876.950.057	0,6
Trabalho, Assist. e Previdência..	11.603.488.221	110.622.869	11.714.111.090	11,2
Transporte	7.022.027.470	10.670.527.297	17.692.554.767	17,6
TOTAL	55.289.427.776	13.470.241.429	68.759.669.205	100,0

BALANÇO FINANCEIRO

montante de recursos captados da ordem de Cr\$
547.781.535,00, contribuiu preponderantemente para um sal-
do credor, no exercício de 1975, do grupo de "Depósitos",
correspondente a Cr\$ 617.270.675,00.

OPERAÇÕES DE RECEITA E DESPESA

Discriminação Receita (Cr\$ 1,00) Despesa (Cr\$ 1,00)

Depósitos Diversas		
Origens	11.062.417.135	10.514.635.600
Consignação	1.626.841.792	1.557.325.632
	12.689.258.927	12.071.961.232

A demonstração das operações de receita e
despesa do quadro anexo ao Balanço, podem ser resumidas da
seguinte forma:

Discriminação	Receita (Cr\$ 1,00)	Despesa (Cr\$ 1,00)
Orçamentária..	100.590.849.587	103.838.692.474
Órgãos da Adm. Descent.....	400.476.487.440	403.472.141.059
Extraorçamentá- ria.....	802.394.035.337	782.012.653.135
	1.303.461.422.359	1.289.323.486.668
SALDO DE 1974.	28.378.846.622	-
SALDO PARA 1976.	-	42.516.782.313
	1.331.840.268.981	1.331.840.268.981

DÉBITO DE TESOURARIA

No final do exercício financeiro de 1975,
as Letras do Tesouro Nacional acusaram um saldo da ordem
de Cr\$ 37.449.060.121,00, obtido de acordo com a movimenta-
ção que se demonstra a seguir:

Discriminação	Cr\$ 1,00
Saldo do exercício de 1974	14.852.202.897
Emissões em 1975	76.900.000.000
	91.752.202.897
Resgates em 1974	54.303.142.776
Saldo para 1976	37.449.060.121

DEPÓSITOS

Concorrendo com uma parcela bastante signifi-
ficativa, a conta de Depósitos do Divisão Unificada, com o

RESPONSÁVEIS

FUNDOS ESPECIAIS

A conta "Diversos Responsáveis" é a mais expressiva deste grupo, consistindo na inscrição e na baixa das responsabilidades, no exercício.

O movimento desse grupo de contas é assim demonstrado:

<u>Discriminação</u>	<u>Crédito (Cr\$ 1,00)</u>	<u>Débito (Cr\$ 1,00)</u>
Entid. Autárquicas...	2.589.162.660	2.503.284.820
Estados/Municípios...	7.460.824	7.351.172
Outras Entidades...	1.056.347.218	1.389.547.444
Div. Responsáveis...	<u>7.599.071.461</u>	<u>5.538.244.407</u>
	<u>11.252.036.163</u>	<u>9.438.421.843</u>

DIVERSOS

O grupo Diversos compreende as contas "Variação Cambial" e "Transferências Financeiras", destacando-se esta última, com a de inferência, cuja função é a interligação das operações do sistema financeiro para o Patrimonial e vice-versa.

Demonstra-se o resultado da seguinte forma:

<u>Discriminação</u>	<u>Crédito (Cr\$ 1,00)</u>	<u>Débito (Cr\$ 1,00)</u>
Variação Cambial...	54.290.254	53.215.022
Transf. Financeiras	<u>251.573.561.186</u>	<u>221.583.958.564</u>
	<u>251.627.851.440</u>	<u>221.637.173.586</u>

O Saldo dos Fundos Especiais, resultante do confronto das operações de receita e despesa, foi de Cr\$ 14.087.736.476,00, no exercício, decorrente da movimentação nos Órgãos e Ministérios, conforme discriminação abaixo:

<u>Discriminação</u>	<u>Despesa (Cr\$ 1,00)</u>	<u>Receita (Cr\$ 1,00)</u>
Presid. República...	8.206.954.381	12.781.784.393
Minist. Aeronáutica	1.418.349.131	1.533.291.000
Minist. Agricultura	561.428.293	922.536.351
Minist. Comunicação	16.179.838	64.748.725
Minist. Educ. Cultura	1.420.600.850	2.385.679.845
Minist. Exército...	67.370.000	269.153.692
Minist. Fazenda...	11.619.624.451	11.840.504.532
Minist. Ind. Comércio	167.377.977	253.377.000
Minist. Interior...	206.930.266	229.424.292
Minist. Justiça...	9.258.332	31.791.618
Minist. Marinha...	7.388.883	6.958.324
Minist. M.º Energia	7.202.362.343	14.633.620.710
Min. Prev. e Ass. Soc.	3.740.637.207	3.666.224.896
Minist. Trabalho...	268.977.582	269.963.531
Minist. Saúde.....	<u>37.950.652</u>	<u>47.318.096</u>
T O T A L	<u>34.851.290.288</u>	<u>48.939.076.764</u>

AGÊNCIAS FINANCEIRAS

Este grupo compreende as contas "Receita e Despesa da União", movimentadas no Banco do Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 1977, apresentamos o saldo credor da ordem de Cr\$ 6.143.326.300,00, cujo detalhamento obedece o quadro a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DAS CONTAS "RECEITA E DESPESA DA UNIÃO" DO BANCO DO BRASIL S.A.

<u>MÊSES</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>	<u>SALDOS</u>	
			<u>Debitos</u>	<u>Creditos</u>
Saldo Anterior	3.292.368.817	-	-	3.292.368.817
Janeiro.....	4.120.661.107	6.088.627.608	8.264.888.807	-
Fevereiro.....	7.677.875.400	8.881.887.019	1.204.011.619	-
Março.....	7.016.111.810	4.638.817.478	2.377.296.372	-
Abril.....	4.128.110.401	4.530.800.100	-	2.407.683.100
Mai.....	9.060.876.776	8.266.440.282	7.894.400.282	686.476.494
Junho.....	8.717.668.788	4.330.900.100	4.386.768.688	-
Julho.....	9.159.316.660	4.163.115.458	4.996.201.218	-
Agosto.....	7.677.875.400	7.649.718.100	27.862.300	-
Setembro.....	3.043.630.400	3.214.179.100	17.548.700	-
Outubro.....	6.662.817.000	6.662.108.100	-	6.662.708.900
Novembro.....	8.718.648.100	2.675.800.100	301.250.000	-
Dezembro.....	10.407.830.100	7.382.366.400	-	6.425.463.700
SOM	100.168.011.185	61.071.674.800	21.077.076.888	72.515.539.100
SALDO CREDOR			21.077.076.888	
TOTAL GERAL	100.268.011.185	61.071.674.800	21.077.076.888	72.515.539.100

BALANÇO PATRIMONIALATIVO FINANCEIRO

O Ativo Financeiro corresponde aos créditos, valores e numerários de realização independente de autorização orçamentária.

O Parecer do Tribunal de Contas da União, nesse ponto, é mais detalhado no que concerne à discriminação dos montantes, por grupos e contas.

Os valores relativos aos grupos são os seguintes:

Disponível	25.727.586.221,67
Vinculada em c/c Bancária	16.789.096.091,17
Realizável	94.287.591.271,06
Resultado Pendente	<u>3.403.196.383,62</u>
T O T A L	<u>140.207.570.422,52</u>

Segundo o Relatório da IGF-MF, o Grupo "Disponível" considera os saldos dos órgãos da Administração direta (Autarquias e Empresas Públicas) com Cr\$ 13.264.566.411,00.

Desse montante, Cr\$ 12.463.119.811,00 constituíram disponibilidades do Tesouro Nacional, representados, especialmente, por recursos em trânsito, sendo que de seu mesmo montante Cr\$ 6.197.139.176,00 estavam em poder da rede bancária.

O Grupo "Vinculado em Conta Corrente" refere-se a fundos e programas especiais, bem como ao serviço da dívida externa, tendo apresentado o total de Cr\$ 16.789.096.091,09, do qual Cr\$ 16.781.188.350,51 correspondem a saldos bancários de diversos fundos e programas especiais, na esfera da Administração Direta.

Assim:

Banco: c/Fundos e Programas Especiais

- Depósitos Bancários Vinculados a Fundos e Especiais	<u>16.781.188.350,51</u>
---	--------------------------

No "Realizável" destaca-se a conta "Agentes Financeiros Devedores", que registra as operações de contas correntes do Tesouro Nacional com o Banco do Brasil S.A., com o Banco Central do Brasil e com outros Agentes Financeiros.

O Relatório da IGF-MF não informa o montante do Realizável. O Parecer do TCU indica tal montante como tendo sido da ordem de Cr\$ 94.287.591.271,06.

Na demonstração dos valores, por contas, o mesmo Parecer fornece os seguintes números:

Cr\$

Agentes Financeiros Devedores

- Créditos do Tesouro Nacional 92.229.798.398,58

Outras Entidades Devedoras

- Outros Créditos do Tesouro Nacional. 1.232.297.672,51

S O M A 93.462.096.071,09

Se adicionarmos ao total acima o valor imputado pelo Relatório da IGF-MF à conta "Diversos Responsáveis", de Cr\$ 501.842.041,00, mesmo assim não obteremos o montante do "Realizável" indicado no Parecer do TCU (Pag. 96).

Isto significa que o Relatório, nesse ponto é falho e que o Parecer é incompleto.

O Parecer do TCU inclui no total do Ativo Financeiro o "Resultado Pendente", que não consta no Relatório da IGF-MF.

O montante do "Resultado Pendente" corresponde ao valor registrado na Conta "Operações Anteriores à Lei nº 4.595/64", sendo de Cr\$ 3.403.196.383,62.

Esta Lei (nº 4.595/64), entre outras disposições, criou o Banco Central do Brasil e naquela conta os tão criticados as operações realizadas pelo Banco do Brasil S.A., por ordem do Tesouro Nacional, anteriores à criação do referido Banco Central.

Diz o Parecer do TCU que a análise da Conta "Operações Anteriores à Lei nº 4.595/64" demonstra que ela registra certas operações, como adiantamentos a Bancos, a Companhias (COBA, COSIPA, Vale do Rio Doce), a governos estaduais, de territórios, prefeituras, promessas de juros, resultados financeiros não cobertos, etc.

O Tribunal de Contas da União, a propósito, consultando o Ministério da Fazenda, obteve a informação de que o Conselho Monetário Nacional está atualizando os levantamentos e estudos realizados a respeito da regularização do saldo desta conta.

Finalmente, ainda sobre o Ativo Financeiro, o citado Parecer do TCU contém dado não referido no Relatório da IGF-MF, com relação à variação percentual deste Ativo comparativamente com aquele de 1974, que acusou uma variação positiva de 81,25%, constituindo, em 1975, 20,21% do Ativo real da União.

PASSIVO FINANCEIRO

O Passivo Financeiro constitui a "Dívida Flutuante" do Tesouro Nacional, abrangendo compromissos exigíveis, cujo pagamento não se condiciona à autorização orçamentária.

O Parecer do TCU apresenta uma relação dos compromissos principais, que figurem em cinco contas:

Discriminação	Cr\$
Restos a pagar	5.057.215,65,44
Depósitos Diversas Origens	2.448.350.790,14
Fundos e Programas Especiais	22.951.002.446,71
Débitos do Tesouraria	37.449.066.171,59
Agentes Financeiros Credores	5.926.745.177,14
	<u>79.436.413.610,65</u>

O Relatório da IGF-MF não informa sobre o total do Passivo Financeiro, dando apenas algumas parcelas relativas a determinadas contas.

Por outro lado, o Parecer do TCU, indicando um crescimento de 107,25%, com respeito ao exercício anterior, dá como valor absoluto desse Passivo Cr\$ 75.463.306.851,22.

Como vimos, a soma dos valores constantes às contas acima excederá de Cr\$ 3.973.106.762,53. Este excesso, certamente, pertence a outras contas, relativas a outros compromissos, que não constaram da amostragem feita na pag. 98 do Parecer.

Devedos registrar um observação a respeito daquele crescimento percentual apontado no Parecer. De fato, pelos números apresentados, não podemos confirmar a elevação desta ordem. Mas, considerando, segundo o Relatório da IGF-MF, que o saldo da conta "Débitos do Tesouraria", em 31/10/1976, era de Cr\$ 37.449.067,121, contra Cr\$ 14.852.202.896, em 31/12/1974, da mesma conta, também não nos é possível inferir o dado fornecido pelo Parecer. Resta-nos, apenas, lamentar que, tanto o Relatório, quanto o Parecer, não tenham esclarecido melhor o assunto.

ATIVO PERMANENTE

A posição do Ativo Permanente, em 1976, foi de Cr\$ 29.065.203.897,00, acusando um significativo crescimento em relação a 1974, quando a posição era de Cr\$ 4.015.848.912,00.

Assim mesmo é de notar-se, conforme salienta o próprio Relatório da IGF-MF, que tais cifras não representam, fielmente, os valores reais dos bens patrimoniais.

De acordo com o mesmo Relatório, para esse exercício anteriormente referido, o maior realce é devido à variação ocorrida na Dívida Ativa da União, a seguir discriminada:

Discriminário	Cr\$	Cr\$ 1,00
Saldo em 1974	2.112.408.238	
Inscrição em 1976	<u>890.610.479</u>	3.003.020.600
Receita Cobrança	80.939.964	
Cancelamento	<u>28.421.250</u>	<u>109.417.214</u>
Saldo em 31/12/76		<u>2.893.612.654</u>

Cabe ressaltar que os créditos da União totalizaram uma variação, em termos do exercício anterior, de Cr\$ 871.276.364,00.

Tendo como conta de maior destaque "Ações de Sociedades de Economia Mista", o título correspondente aos "Valores da União" obteve um crescimento, no período, em termos absolutos, de Cr\$ 9.407.045.685,00.

PASSIVO PERMANENTE

Considerando, ainda, o exercício de 1976, o Passivo Permanente apresentou o seguinte quadro em Cr\$ 19.194.021.000,00:

Do mesmo fato, que os compromissos financeiros da Conta "Obrigações de Dívida Externa Interna" aumentaram de Cr\$ 77.158.652.000,00, o mesmo ocorreu com respeito à Conta "Dívida Externa Externa", correspondendo pelo título de Cr\$ 9.254.021.000,00.

De acordo com os elementos fornecidos pela mesma fonte do Brasil, conforme resulta o Relatório da IGF-MF, o crescimento da segunda Conta se originou da inscrição Balanço Contas da União dos compromissos firmados perante instituições internacionais. Quanto ao primeiro, o quadro a seguir apresenta os seus compromissos ao final do exercício de 1976:

Discriminação	Cr\$	Cr\$ 1,00
Obrigações Reajustáveis	60.063.638.417	
Obrigações do Tesouro Nacional Não Reajustáveis	<u>36.211.249</u>	
		<u>60.099.849.661</u>

RESULTADO FINANCEIRO

O superávit financeiro da União correspondeu, no exercício, ao valor de Cr\$ 53.727.972.967,00.

Tal resultado corresponde à apuração do Balanço Patrimonial do referido exercício, em que se destacam um Ativo Financeiro da ordem de Cr\$ 445.029.510.548,00 e um Passivo Financeiro de Cr\$ 391.301.537.881,00.

O Quadro abaixo reflete esse resultado:

<u>Discriminação</u>	<u>Cr\$ 1,00</u>
<u>Ativo Financeiro</u>	
Administração Direta..	126.943.004.012
Administração Indireta	318.086.506.836
	<u>445.029.510.848</u>
<u>Passivo Financeiro</u>	
Administração Direta..	75.463.306.851
Administração Indireta	315.838.231.030
	<u>391.301.537.881</u>
Superávit Financeiro da União	<u>53.727.972.967</u>

Para que possamos chegar à situação financeira do Tesouro Nacional, basta que se exclua do cômputo anterior os Órgãos da Administração Indireta. Assim, obteremos uma posição, também superavitária, da ordem de Cr\$ 51.479.697.161,00 para o Tesouro Nacional, conforme especificamos abaixo:

<u>Discriminação</u>	<u>Cr\$ 1,00</u>
Ativo Financeiro (ADM. DIR.)	126.943.004.012
Passivo Financeiro (ADM. DIR.)	<u>75.463.306.851</u>
Superávit Financeiro do Tesouro	<u>51.479.697.161</u>

RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial do exercício financeiro de 1975 foi da ordem de Cr\$ 60.651.621.856,00.

Tal resultado corresponde ao confronto das variações, positivas e negativas, e decorrentes ou não da execução orçamentária.

A evidência desse resultado é retratada com o quadro a seguir:

<u>Discriminação</u>	<u>Cr\$ 1,00</u>
"Superávit" Extraorçamentário	62.926.506.434
"Déficit" Patrimonial da Gestão Orçamentária	<u>2.274.874.578</u>
"Superávit" Patrimonial de 1975	<u>60.651.621.856</u>

A sistemática adotada obedece às operações a seguir:

<u>Resultantes da Execução Orçamentária</u>	<u>Cr\$ 1,00</u>
<u>Variações Positivas</u>	
Receita Orçamentária...	100.590.849.587
Receita dos Órgãos da Administração Indireta...	400.476.487.440
Variação Global Interna	<u>1.085.332.501.668.661.302</u>

<u>Mutações Patrimoniais</u>	
Cobrança da Dívida Ativa	80.939.924
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	70.948.007
Alienação de Títulos e Valores	6.702
Recebimento de Créditos	162.059.664
Diversos	<u>8.138.241</u>
	<u>332.092.568</u>
	<u>500.746.328.791</u>

<u>Variações Negativas</u>	
Despesa Orçamentária	103.820.602.271
Despesas dos Órgãos da Administração Indireta	403.622.011.100
	<u>507.442.613.371</u>

<u>Mutações Patrimoniais</u>	
Aquisição de Bens Móveis	517.206.013
Const. e Aquis. de Bens Imóveis	2.720.103.783
Const. e Aquis. de Bens Não Moveis Industrial	24.796.472
Aquis. de Títulos e Valores	68.398
Diversos	<u>620.213.519</u>
	<u>3.926.410.175</u>
	<u>503.021.303.209</u>

O primeiro Resultado Patrimonial corresponde ao confronto das variações positivas e negativas, o saber:

<u>Discriminação</u>	<u>Cr\$ 1,00</u>
Receita Efetiva	500.746.328.791
Despesa Efetiva	<u>503.021.303.209</u>
"Déficit" Patrimonial da Gestão Orçamentária	<u>2.274.874.418</u>

A seguir, passamos a apurar as variações não decorrentes da execução orçamentária:

<u>Independentes da Execução Orçamentária</u>	<u>Cr\$ 1,00</u>
<u>Variações Positivas</u>	
Inscrição de Dívida....	890.618.474
Inscrições e Outros Créditos.....	327.662.460
Incorporação de Bens...	22.543.123.402
Cancelamento Dívida Passiva.....	173.139.369
<u>Agente Financeiro</u>	
Banco do Brasil S.A....	100.031.278.723
Banco Central do Brasil	142.540.559.061 242.571.837.784
Dívida Fundada Externa...	3.378.026.000
Dívida Fundada Interna...	5.669.321.628
Administração Indireta...	277.462.551.618
Diversos.....	18.476.092.313
	<u>571.492.373.361</u>

<u>Variações Negativas</u>	<u>Cr\$ 1,00</u>
<u>Cancelamento da Dívida</u>	
Ativa.....	28.474.290
Encampação de Dívidas	
Passivas.....	14.624
<u>Restabelecimento de Dívidas Passivas.....</u>	<u>37.449.310</u>
<u>Agentes Financeiros</u>	
Banco do Brasil S.A....	102.233.736.636
Banco Central do Brasil	115.329.661.159 216.320.339.792
Dívida Fundada Interna...	32.330.279.521
Dívida Fundada Externa...	12.772.552.800
Administração Indireta...	239.075.541.960
Diversos.....	5.662.335.110
	<u>569.925.776.927</u>

O resultado obtido nesta etapa é o seguinte:

<u>Discriminação</u>	<u>Cr\$ 1,00</u>
Variações Positivas	571.492.373.361
Variações Negativas	509.965.776.927
"Superavit" Extraorçamentário....	<u>62.926.596.434</u>

Comparando-se o "superavit" extraorçamentário (Cr\$ 62.926.596.434,00) com o "Déficit" Patrimonial da Gestão Orçamentária (Cr\$ 2.274.974.578,00), obtem-se o "Su-

peravit" Patrimonial do exercício financeiro em tela, correspondente a Cr\$ 60.651.621.856,00.

OPERAÇÕES EXTRA-BALANÇO

Emissão e Resgate de Papel-Moeda

De acordo com os dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil, de acordo com o Relatório da IGF-MF, a emissão líquida de papel-moeda no exercício financeiro de 1975 correspondeu a Cr\$ 10.500.000.000,00.

Esse resultado líquido obtem-se subtraindo-se da emissão bruta de papel-moeda, os resgates efetuados no exercício.

Essa operação envolve os valores abaixo especificados:

<u>Discriminação</u>	<u>Cr\$ 1,00</u>
Emissão Bruta de Papel-moeda	19.400.000.000
Resgates	<u>8.900.000.000</u>
Emissão Líquida	<u>10.500.000.000</u>

Partindo-se do saldo de papel-moeda em circulação, em 31 de dezembro de 1974, alcança esta posição, para o final do exercício em pauta, da seguinte forma:

<u>Discriminação</u>	<u>Cr\$ 1,00</u>
Saldo em Circulação em 31 de dezembro de 1974.....	24.417.439.185
Emissão Bruta em 1975....	19.400.000.000
Excesso dos Pagamentos sobre os Recolhimentos.....	122.559.268 43.939.998.453
<u>Menos:</u>	
Recolhimento em 1975....	8.900.000.000
Recebido Reforço Reserva Monetária	120.000.000
Quixa de Cédulas cf. Resolução nº 287, de 16 de maio de 1974, do CMN.....	40.249.900 9.060.249.900
Saldo em Circulação em 31/12/75.....	<u>34.879.748.753</u>

Reservas Cambiais

As reservas internacionais das autoridades monetárias, em 31/12/75, correspondiam a US\$ 4.019,1 milhões.

O Quadro abaixo associa as apontadas instituições de acordo com o que prescreve o FMI:

<u>Discriminação</u>	<u>US\$ milhões</u>
Disponibilidades Diversas	3.631,6
Ouro	56,0
Posição do FMI	140,3
Direitos Especiais de Saque	191,2
	<u>4.019,1</u>

O levantamento dessas reservas cambiais, de acordo com os dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil, representa uma redução, em termos do exercício passado, na medida em que este apresentou uma posição de US\$ 5.269,1 milhões.

BALANÇO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

O Relatório da IGF-MF, nesse capítulo, apresenta a relação das entidades da Administração Indireta que enviaram seus Balanços do exercício de 1975, para incorporação aos Balanços da União, de conformidade com o disposto no Decreto nº 71.660, de 4 de janeiro de 1973, que disciplina os planos de contas, incorporação de resultados e publicação dos balanços das entidades da administração indireta.

Segue-se a referida relação, bem assim, a das entidades que não o fizeram.

Quanto a estas últimas, observamos uma austeriosa redução das entidades omissas, as quais, segundo o Relatório, justificaram suas omissões.

Transcrevemos abaixo, as duas relações, incluindo as justificativas das entidades omissas.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICASecretaria de Planejamento

Financiadora de Estudos e Projetos S.A.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

Agência Especial de Financiamento Industrial

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Comissão de Financiamento da Produção

Companhia Brasileira de Armazenamento

Companhia Brasileira de Alimentos

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

Superintendência Nacional do Abastecimento

Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

Grupo Executivo de Eletrificação Rural

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização

Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa

Fundação Nacional do Material Escolar

Fundação Casa de Rui Barbosa

Federação das Escolas Federais Isoladas da Guanabara

Fundação Universidade do Acre

Fundação Universidade do Amazonas

Fundação Universidade de Brasília

Fundação Universidade do Maranhão

Fundação Universidade do Mato Grosso

Fundação Universidade Federal do Ouro Preto - MG

Fundação Universidade Federal do Pelotas - RS

Fundação Universidade Federal do Piauí

Fundação Universidade do Rio Grande - RS

Fundação Universidade Federal de São Carlos - SP

Fundação Universidade Federal de Sergipe

Faculdade Federal de Engenharia da Fundação Universidade de Uberlândia - MG

Fundação Universidade Federal de Viçosa - MG

Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Instituto Nacional do Cinema

Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

Universidade Federal de Alagoas

Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal do Ceará

Universidade Federal do Espírito Santo

Universidade Federal de Goiás

Universidade Federal de Juiz de Fora

Universidade Federal de Minas Gerais

Universidade Federal do Pará

Universidade Federal da Paraíba

Universidade Federal do Paraná

Universidade Federal de Pernambuco

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 Universidade Federal de Santa Maria - RS
 Universidade Federal de Santa Catarina
 Universidade Federal do Rio de Janeiro
 Universidade Federal Rural de Pernambuco
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
 Faculdade de Odontologia de Diamantina - MG
 Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
 Colégio Pedro II
 Escola Paulista de Medicina
 Escola Superior de Agricultura de Monsenrô - RN
 Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas - MG
 Escola Federal de Engenharia de Itajubá - MG
 Escola Superior de Agricultura de Lavras - MG
 Escola Técnica Federal de Alagoas
 Escola Técnica Federal do Amazonas
 Escola Técnica Federal da Bahia
 Escola Técnica Federal de Campos
 Escola Técnica Federal do Ceará
 Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca
 Escola Técnica Federal do Espírito Santo
 Escola Técnica Federal de Goiás
 Escola Técnica Federal do Maranhão
 Escola Técnica Federal de Mato Grosso
 Escola Técnica Federal de Minas Gerais
 Escola Técnica Federal de Ouro Preto - MG
 Escola Técnica Federal do Pará
 Escola Técnica Federal da Paraíba
 Escola Técnica Federal do Paraná
 Escola Técnica Federal de Pelotas - RS
 Escola Técnica Federal do Piauí
 Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro
 Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte
 Escola Técnica Federal de Santa Catarina
 Escola Técnica Federal de São Paulo
 Escola Técnica Federal de Sergipe

MINISTÉRIO DO EXERCÍTO

Caixa de Financiamento Imobiliário

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Banco Central do Brasil
 Serviço Federal de Processamento de Dados
 Caixa Econômica Federal
 Casa da Moeda do Brasil

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Instituto do Açúcar e do Alcool
 Instituto Brasileiro do Café
 Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Superintendência da Borracha
 Superintendência de Seguros Privados
 Empresa Brasileira de Turismo

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
 Departamento Nacional de Obras de Saneamento
 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
 Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
 Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
 Superintendência do Vale do São Francisco
 Superintendência da Zona Franca de Manaus
 Território Federal do Amapá
 Território Federal de Rondônia
 Território Federal de Roraima
 Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
 Banco Nacional de Habitação
 Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
 Fundação Nacional do Índio

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Comissão Nacional de Energia Nuclear

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Instituto Nacional de Previdência Social
 Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
 Serviço de Assistência e Seguro dos Economistas
 Fundo de Assistência do Trabalhador Rural
 Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Conselho Federal de Assistentes Sociais - RJ
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - PA - 1a. Região
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - MA - 2a. Região
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - CE - 3a. Região
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - PE - 4a. Região
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - BA - 5a. Região
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - MG - 6a. Região
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - RJ - 7a. Região
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - DF - 8a. Região
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - SP - 9a. Região
 Conselho Regional de Assistentes Sociais - RS - 10a. Região
 Conselho Federal de Bibliotecas - DF
 Conselho Regional de Bibliotecas - DF - 1a. Região
 Conselho Regional de Bibliotecas - CE - 3a. Região

Conselho Regional de Biblioteconomia - BA - 5a. Região
 Conselho Regional de Biblioteconomia - MG - 6a. Região
 Conselho Regional de Biblioteconomia - RJ - 7a. Região
 Conselho Regional de Biblioteconomia - PE - 8a. Região
 Conselho Regional de Biblioteconomia - RS - 10a. Região

Conselho Federal de Contabilidade - RJ

Conselho Regional de Contabilidade - AM/AC/RG/RR

Conselho Regional de Contabilidade - PA

Conselho Regional de Contabilidade - MA

Conselho Regional de Contabilidade - PI

Conselho Regional de Contabilidade - CE

Conselho Regional de Contabilidade - RN

Conselho Regional de Contabilidade - PB

Conselho Regional de Contabilidade - PE

Conselho Regional de Contabilidade - AL

Conselho Regional de Contabilidade - SE

Conselho Regional de Contabilidade - EA

Conselho Regional de Contabilidade - ES

Conselho Regional de Contabilidade - RJ

Conselho Regional de Contabilidade - SP

Conselho Regional de Contabilidade - PR

Conselho Regional de Contabilidade - SC

Conselho Regional de Contabilidade - RS

Conselho Regional de Contabilidade - MG

Conselho Regional de Contabilidade - GO

Conselho Regional de Contabilidade - MT

Conselho Regional de Contabilidade - DF

Conselho Federal de Corretores de Imóveis - DF

Conselho Regional de Corretores de Imóveis - RJ - 1a. Região

Conselho Regional de Corretores de Imóveis - SP - 2a. Região

Conselho Regional de Corretores de Imóveis - RS - 3a. Região

Conselho Regional de Corretores de Imóveis - MG - 4a. Região

Conselho Regional de Corretores de Imóveis - GO - 5a. Região

Conselho Regional de Corretores de Imóveis - PR - 6a. Região

Conselho Regional de Corretores de Imóveis - PE - 7a. Região

Conselho Regional de Corretores de Imóveis - DF - 8a. Região

Conselho Regional de Corretores de Imóveis - BA - 9a. Região

Conselho Regional de Corretores de Imóveis - SC - 11a. Região

Conselho Regional de Corretores de Imóveis - ES - 13a. Região

Conselho Federal de Economia - RJ

Conselho Regional de Economia - RJ - 1a. Região

Conselho Regional de Economia - SP - 2a. Região

Conselho Regional de Economia - PE - 3a. Região

Conselho Regional de Economia - RS - 4a. Região

Conselho Regional de Economia - BA - 5a. Região

Conselho Regional de Economia - PR - 6a. Região

Conselho Regional de Economia - SC - 7a. Região

Conselho Regional de Economia - CE - 8a. Região

Conselho Regional de Economia - MG - 10a. Região

Conselho Regional de Economia - DF - 11a. Região

Conselho Regional de Economia - AL - 12a. Região

Conselho Regional de Economia - AM - 13a. Região

Conselho Regional de Economia - MT - 14a. Região

Conselho Federal de Engenharia

Conselho Federal de Eng., Arq. e Agronomia - RJ

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - PA - 1a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - PE - 2a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - BA - 3a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - MG - 4a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - SP - 6a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - PR - 7a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - RN - 8a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - CE - 9a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - SC - 10a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - ES - 11a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - DF - 12a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - MT - 14a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - GO - 15a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - PB - 16a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - AL - 17a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - RN - 18a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - MA - 19a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - AM - 20a. Região

Conselho Regional de Eng., Arq. e Agronomia - RJ - 21a. Região

Conselho Federal de Estatística - RJ

Conselho Regional de Estatística - AP - 1a. Região

Conselho Regional de Estatística - RJ - 3a. Região

Conselho Regional de Estatística - SP - 3a. Região

Conselho Regional de Estatística - PR - 4a. Região

Conselho Regional de Estatística - BA - 5a. Região

Conselho Regional de Estatística - PE - 6a. Região

Conselho Regional de Estatística - RS - 7a. Região

Conselho Federal de Farmácia - SP

Conselho Regional de Farmácia - AM

Conselho Regional de Farmácia - PA

Conselho Regional de Farmácia - PI

Conselho Regional de Farmácia - CE

Conselho Regional de Farmácia - RN

Conselho Regional de Farmácia - PB

Conselho Regional de Farmácia - PE

Conselho Regional de Farmácia - AL

Conselho Regional de Farmácia - SE

Conselho Regional de Farmácia - BA

Conselho Regional de Farmácia - MG

Conselho Regional de Farmácia - ES

Conselho Regional de Farmácia - RJ

Conselho Regional de Farmácia - SP

Conselho Regional de Farmácia - PR

Conselho Regional de Farmácia - SC

Conselho Regional de Farmácia - RS

Conselho Regional de Farmácia - MT

Conselho Regional de Farmácia - GO

Conselho Regional de Farmácia - DF

Conselho Federal de Medicina - RJ

Conselho Regional de Medicina - AC

Conselho Regional de Medicina - AM

Conselho Regional de Medicina - PA

Conselho Regional de Medicina - AP

Conselho Regional de Medicina - MA

Conselho Regional de Medicina - PI

Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - PA
Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - MA
Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - CE
Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - RN
Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - PB
Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - PE
Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - AL
Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - SE
Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - BA
Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - MG
Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - RJ
Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - SP
Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - PR
Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - SC
Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - RS
Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - MT
Conselho Federal Profissional de Relações Públicas - RR
Conselho Regional Profissional de Relações Públicas - RO
Conselho Regional de Psicologia - AC
Conselho Regional de Psicologia - AP
Conselho Regional de Psicologia - AM
Conselho Regional de Psicologia - BA
Conselho Regional de Psicologia - CE
Conselho Regional de Psicologia - DF
Conselho Regional de Psicologia - ES
Conselho Regional de Psicologia - GO
Conselho Regional de Psicologia - MA
Conselho Regional de Psicologia - ME
Conselho Regional de Psicologia - MS
Conselho Regional de Psicologia - MT
Conselho Regional de Psicologia - PA
Conselho Regional de Psicologia - PB
Conselho Regional de Psicologia - PE
Conselho Regional de Psicologia - PI
Conselho Regional de Psicologia - RJ
Conselho Regional de Psicologia - RN
Conselho Regional de Psicologia - RP
Conselho Regional de Psicologia - RS
Conselho Regional de Psicologia - RR
Conselho Regional de Psicologia - RO
Conselho Regional de Psicologia - SC
Conselho Regional de Psicologia - SE
Conselho Regional de Psicologia - SP
Conselho Regional de Psicologia - TO

Conselho Regional Representantes Comerciais - GO
 Conselho Regional Representantes Comerciais - DF
 Conselho Federal de Técnicos de Administração - DF
 Conselho Regional de Téc. de Administração - PA - 22. Região
 Conselho Regional de Téc. de Administração - CE - 3a. Região
 Conselho Regional de Téc. de Administração - PE - 4a. Região
 Conselho Regional de Téc. de Administração - BA - 5a. Região
 Conselho Regional de Téc. de Administração - MG - 6a. Região
 Conselho Regional de Téc. de Administração - RJ - 7a. Região
 Conselho Regional de Téc. de Administração - SP - 8a. Região
 Conselho Regional de Téc. de Administração - PR - 9a. Região
 Conselho Regional de Téc. de Administração - RS - 10a. Região
 Conselho Regional de Téc. de Administração - AM - 11a. Região

Conselho Regional de Biblioteconomia - SP - 8a. Região
 Conselho Regional de Medicina - RO
 Conselho Regional de Medicina - RR
 Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - RO
 Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - AP
 Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - PI
 Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - ES
 Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - GO
 Conselho Regional Ordem dos Músicos do Brasil - PF
 Conselho Regional Profissional de Relações Públicas - RJ
 Conselho Regional de Téc. de Administração - DF - 1a. Reg.

Transcrevemos, a seguir, as justificativas apresentadas pelas seguintes entidades omissas:

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Superintendência Nacional de Marinha Mercante
 Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
 Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis
 Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais
 Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Centralização da contabilidade, antes descentralizada; elaboração do novo Plano de Contas e implantação do Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (PED).

Por outro lado, as seguintes entidades não enviaram seus balanços para publicação:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
 Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

Transferência da instalação para Brasília e criação de recursos humanos para a realização das tarefas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Universidade Federal Fluminense
 Escola Técnica Federal de Pernambuco

Universidade Federal Fluminense

Atuação por meio de documentos relativos às unidades organizacionais localizadas em Óbidos (PA), Bom Jesus de Itaipu e Píndamonogaba (RJ); retardamento na concessão de créditos suplementares, em função dos cortes orçamentários.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Conselho Regional de Biblioteconomia - PA - 2a. Região
 Conselho Regional de Biblioteconomia - PE - 4a. Região

Escola Técnica Federal de Pernambuco

Atraso motivado pela enchente que atingiu a Escola, localizada em Recife (PE).

QUADROS SUPLEMENTARES

CREDITOS ADICIONAIS RESERVADOS

Cr\$ 1.000

MINISTÉRIOS E ÓRGÃOS	Suplementares	Especiais	TOTAL
PODER LEGISLATIVO			
Câmara dos Deputados.....	140.093.400	-	140.093.400
Senado Federal.....	78.753.000	-	78.753.000
Tribunal de Contas da União.....	17.720.000	-	17.720.000
PODER JUDICIÁRIO			
Supremo Tribunal Federal.....	4.375.200	-	4.375.200
Tribunal Federal de Recursos.....	1.691.500	-	1.691.500
Justiça Militar.....	18.847.000	-	18.847.000
Justiça Eleitoral.....	106.068.900	-	106.068.900
Justiça do Trabalho.....	809.712.600	14.780.000	824.492.600
Justiça Federal de 1a. Instância.....	58.839.200	8.080.000	66.919.200
Justiça do Distrito Federal e dos Territ..	14.284.800	-	14.284.800
PODER EXECUTIVO			
Presidência da República.....	350.715.035	-	350.715.035
Ministério da Agricultura.....	268.720.400	-	268.720.400
Ministério da Aeronáutica.....	912.070.544	-	912.070.544
Ministério das Comunicações.....	178.985.401	-	178.985.401
Ministério da Educação e Cultura.....	1.499.170.052	-	1.499.170.052
Ministério do Exército.....	1.644.413.566	-	1.644.413.566
Ministério da Fazenda.....	674.723.100	-	674.723.100
Ministério da Indústria e do Comércio.....	19.867.200	-	19.867.200
Ministério do Interior.....	237.241.703	20.050.000	257.291.703
Ministério da Justiça.....	57.127.200	-	57.127.200
Ministério da Marinha.....	996.364.600	-	996.364.600
Ministério das Minas e Energia.....	231.569.718	-	231.569.718
Ministério da Previdência e Assist. Social.....	162.749.900	510.000	163.259.900
Ministério das Relações Exteriores.....	125.314.600	-	125.314.600
Ministério da Saúde.....	362.890.300	1.920.000	364.810.300
Ministério do Trabalho.....	130.690.335	2.926.600	133.616.935
Ministério dos Transportes.....	1.407.898.667	644.362.500	2.052.261.167
Encargos Gerais da União.....	18.761.453.629	4.778.312.000	23.539.765.629
Fundo Nacional de Desenvolvimento.....	1.321.199.204	140.926.000	1.462.125.204
Transf. a Estados, DF e Municípios.....	1.469.418.323	-	1.469.418.323
Reserva de Contingência.....	8.921.502.000	-	8.921.502.000
T O T A L	25.406.914.635	5.612.705.100	31.019.619.735

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Cr\$ Milhões

ESPECIFICAÇÕES	ARRECADAÇÃO				INCREMENTOS NOMINAIS		
	1972 (1)	1973 (2)	1974 (3)	1975 (4)	2/1	3/2	4/3
RECEITA ORÇAMENTÁRIA.....	39.419,9	52.725,9	75.663,5	100.550,8	33,8	43,5	32,9
RECEITAS CORRENTES.....	38.688,4	52.455,6	75.660,1	100.536,5	35,6	44,2	32,9
RECEITA TRIBUTÁRIA.....	35.826,0	48.714,0	70.044,6	92.262,7	36,0	43,8	31,7
Importação.....	2.636,0	3.817,6	6.803,6	9.617,3	44,8	78,5	61,5
Produtos Industrializados.....	14.839,0	19.863,7	27.911,7	35.401,0	33,2	40,6	32,8
Renda.....	9.980,9	12.602,6	19.228,7	22.712,7	55,2	51,1	37,1
Fiscas.....	2.259,8	1.658,2	2.561,2	2.277,2	- 27,6	50,4	- 11,1
Jurídica.....	2.927,0	6.158,3	6.446,2	9.216,4	61,4	47,7	68,2
Portos.....	4.796,5	7.028,3	10.652,6	14.527,4	46,6	47,1	42,4
Operações Financeiras.....	1.328,2	2.611,0	2.781,0	4.517,4	58,0	37,3	65,0
Energia Elétrica.....	1.073,7	1.543,4	1.976,3	2.781,6	48,7	28,0	37,5
Lubrificantes.....	4.573,0	6.556,3	6.078,0	8.256,6	21,5	33,1	38,7
Transporte Rodoviário.....	108,3	135,0	109,6	242,0	58,5	27,2	42,8
Atribuídos à União Territ.....	9,0	11,8	27,2	33,4	32,1	19,6	38,2
Municípios do País.....	237,7	327,3	489,4	637,1	48,7	18,2	18,2
Taxas.....	1.508,8	2.514,2	2.817,0	4.247,0	102,6	16,7	31,8
RECEITA PATRIMONIAL.....	206,0	213,1	327,8	334,3	3,4	53,8	20,3
RECEITA INDUSTRIAL.....	18,8	24,1	1,2	14,1	29,2	- 95,0	1.175,0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	2.113,1	2.717,6	4.130,3	5.075,5	23,6	52,0	47,1
RECEITAS DIVERSAS.....	524,5	796,8	1.156,2	1.818,9	51,9	45,1	57,2
RECEITAS DE CAPITAL.....	731,5	209,3	3,4	4,3	- 64,4	- 93,7	25,5
Operações de Crédito.....	516,0	222,1	-	-	- 42,5	-	-
Outras Recs. de Capital.....	215,5	1,2	3,4	4,3	- 99,1	163,3	26,5

CONFRONTO ENTRE A RECEITA ESTIMADA E A ARRECADADA

Cr\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Estimada	Arrecadada	Maior Arrecadação	Menor Arrecadação	PERCENTAGEM SOBRE	
					Previsão	Receita Tribut.
RECEITAS CORRENTES	90.246.561.000	190.586.499.993	10.339.938.993	-	11,5	-
RECEITA TRIBUTÁRIA	81.760.300.100	92.282.720.835	10.522.420.735	-	12,9	100,0
Imposto.....	74.854.700.000	87.426.816.606	12.572.116.606	-	16,7	94,7
Importação.....	7.187.200.000	9.610.209.705	2.423.009.705	-	33,7	10,6
Exportação.....	100.000	186.571	86.571	-	29,9	7,6
Renda.....	28.768.000.000	26.312.088.691	3.543.688.691	-	18,3	10,6
Física.....	2.735.000.000	2.277.666.062	-	426.333.938	-10,1	8,4
Jurídica.....	7.571.000.000	6.214.411.178	1.642.511.178	-	21,7	10,0
Fonte.....	12.481.000.000	14.600.407.073	2.249.409.373	-	15,7	10,0
Produtos Industrializados...	29.641.000.000	35.464.000.000	5.962.821.000	-	20,8	29,6
Energia Elétrica.....	2.655.000.000	2.761.176.712	106.176.712	-	6,6	6,6
Minerais do País.....	871.000.000	880.000.000	9.000.000	-	61,6	0,0
Lubrificantes.....	8.157.000.000	9.258.412.739	1.101.412.739	-	1,8	0,0
Operações Financeiras.....	2.916.500.000	4.010.412.857	1.093.912.857	-	2,1	6,8
Transporte Rodoviário.....	107.000.000	240.000.000	133.000.000	-	26,6	0,8
Atribuídos à União e Territ.	17.800.000	27.800.000	10.000.000	-	27,4	0,0
Contribuição de Melhoria.....	100	10.313	10.213	-	-	0,0
Taxas.....	5.905.600.000	4.855.892.916	-	2.049.725.084	-29,7	5,3
RECEITA PATRIMONIAL	410.500.000	394.225.935	-	16.274.065	-4,0	-
RECEITA INDUSTRIAL	33.100.000	14.123.422	-	18.976.578	-57,3	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.898.200.200	6.076.613.655	1.178.313.455	-	24,1	-
RECEITAS DIVERSAS	3.144.460.700	1.819.916.126	-	1.325.544.574	-42,2	-
RECEITAS DE CAPITAL	730.000	4.349.594	3.649.594	-	521,4	-
Outras Receitas de Capital..	730.000	4.349.594	3.649.594	-	521,4	-
TOTAL GERAL	93.247.261.000	100.590.949.997	+ 10.343.588.997	-	11,5	-

DESPESA DA UNIÃO

Cr\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	1972 (1)	1973 (2)	1974 (3)	1975 (4)	INCREMENTOS NOMINAIS		
					2/1	3/2	1/3
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	38.198.331	55.766.973	71.749.614	102.838.692	32,9	41,3	44,7
DESPESAS CORRENTES	21.892.477	28.915.912	32.753.077	55.239.429	32,1	34,0	42,6
DESPESAS DE CUSTEIOS	7.931.808	10.566.636	13.440.209	22.345.104	33,2	27,2	60,3
Passagem Civil.....	2.264.000	2.671.661	2.700.000	6.400.000	19,6	20,2	10,6
Passagem Militar.....	6.200.000	6.200.000	6.200.000	6.200.000	0,0	0,0	0,0
Outros Custeios.....	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0,0	0,0	0,0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.960.669	18.349.257	25.318.919	32.944.324	31,4	33,0	30,1
Inativos.....	2.568.000	3.301.100	4.100.000	7.100.000	31,2	30,0	31,2
Pensionistas.....	1.061.000	1.110.000	1.110.000	1.110.000	0,0	0,0	0,0
Salário Família.....	100.000	100.000	100.000	100.000	0,0	0,0	0,0
Pessoal Adm. Descentralizada...	3.000.000	3.470.000	6.100.000	11.000.000	37,0	37,0	37,0
Outros.....	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0,0	0,0	0,0
Outras Transferências.....	6.300.000	8.500.000	12.000.000	17.000.000	35,0	42,0	30,0
DESPESAS DE CAPITAL	16.305.862	21.850.960	32.990.507	48.599.263	34,0	51,0	47,2
Investimentos.....	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0,0	0,0	0,0
Investimentos Financeiros.....	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0,0	0,0	0,0
Transferências de Capital.....	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0,0	0,0	0,0

DESPESA DA UNIAO

MINISTÉRIOS E ORGAOS	1972 (1)	1973 (2)	1974 (3)	1975 (4)	INCREMENTOS NOMINAIS		
					2/1	3/2	4/3
DESPESA TOTAL	38.198.339	50.766.874	71.749.814	103.838.692	33	41	45
PODER LEGISLATIVO	285.029	396.256	557.414	872.271	39	43	54
Câmara dos Deputados.....	182.769	258.861	370.823	559.406	36	32	68
Senado Federal.....	32.260	137.395	186.591	312.865	40	52	49
Tribunal de Contas da União.....	70.000	100.000	100.000	100.000	42	65	30
PODER JUDICIÁRIO	359.715	472.931	633.938	1.008.342	31	34	59
Supremo Tribunal Federal.....	17.738	27.620	37.406	41.320	16	52	32
Tribunal Federal de Recursos.....	23.784	43.042	77.396	39.865	107	34	22
Justiça Militar.....	36.483	33.800	11.910	66.008	- 5	35	55
Justiça Eleitoral.....	22.217	93.875	101.229	130.663	26	62	42
Justiça do Trabalho.....	160.791	223.472	262.751	458.947	29	37	71
Justiça Federal de 1ª Instância.....	56.812	65.100	70.653	102.285	52	24	63
Justiça do DF e dos Territórios.....	16.880	21.417	18.003	42.366	37	22	63
PODER EXECUTIVO	37.553.595	49.897.687	70.546.462	101.958.079	33	41	45
Presidência da República.....	243.030	482.112	762.802	1.149.637	41	37	61
Ministério da Aeronáutica.....	2.088.086	2.893.044	2.700.358	3.557.538	36	- 3	27
Ministério da Agricultura.....	494.477	662.177	1.068.760	940.658	14	90	- 11
Ministério das Comunicações.....	162.202	473.643	671.860	828.271	2	24	21
Ministério da Educação e Cultura.....	2.242.754	2.329.557	2.107.828	2.226.058	13	35	51
Ministério do Exército.....	3.971.144	4.112.278	4.274.784	6.080.227	23	- 16	29
Ministério da Fazenda.....	686.438	671.139	212.180	1.620.139	- 4	27	62
Ministério da Indústria e do Comércio.....	41.623	43.104	67.623	50.644	16	25	33
Ministério do Interior.....	782.168	812.175	1.104.200	1.558.481	17	43	73
Ministério da Justiça.....	169.201	271.661	317.602	494.044	28	35	40
Ministério da Marinha.....	2.016.478	2.777.175	2.111.545	3.011.632	22	- 3	54
Ministério das Minas e Energia.....	1.168.868	1.417.518	1.104.247	628.948	24	40	- 63
Ministério da Previdência e Assist. Social.....	-	-	-	664.326	-	-	-
Ministério das Relações Exteriores.....	270.612	310.417	411.101	750.531	13	20	32
Ministério da Saúde.....	482.521	521.516	912.627	1.170.250	16	29	22
Ministério do Trabalho.....	333.801	387.478	465.026	479.346	22	25	- 16
Ministério dos Transportes.....	5.016.179	6.174.352	5.170.662	7.328.595	21	24	- 24
Encargos Gerais da União.....	10.578.048	15.644.770	18.401.131	41.751.220	27	54	27
Transferências Estados, DF e Municípios.....	6.186.117	8.216.217	12.101.328	15.032.163	12	37	15
Fundo Nacional de Desenvolvimento.....	-	-	-	6.052.322	-	-	-

DESPESA POR FUNÇÃO

FUNÇÕES	Despesas Correntes	Despesas de Capital	TOTAL	Cr\$ 1,00
				Porcentagem Sobre Total Despesa
Legislativa.....	734.654.300	46.398.000	800.952.300	0,8
Judiciária.....	820.714.133	64.026.225	884.739.358	7,9
Administração Sup. e Plan. Global.....	6.814.520.263	16.261.722.583	22.066.242.846	21,3
Agricultura, Abasto e Org. Agrária.....	1.181.792.545	427.720.016	1.609.512.561	1,5
Comunicações.....	782.254.946	241.811.718	1.024.066.664	1,0
Defesa Nac. e Segurança Pública.....	12.471.981.506	1.880.227.281	14.352.208.787	13,8
Desenvolvimento Regional.....	5.151.638.960	8.246.144.794	13.397.783.754	12,9
Educação e Cultura.....	5.391.342.325	1.026.124.162	6.417.466.487	6,2
Energia e Recursos Minerais.....	673.044.027	4.827.855.341	5.480.899.368	5,3
Habituação e Urbanismo.....	4.256.642	428.922.252	433.178.894	0,4
Indústria, Comércio e Serviços.....	101.632.278	4.202.822.592	4.304.454.870	4,1
Justiça.....	125.767.959	46.921.366	172.689.325	0,2
Relações Exteriores.....	637.898.495	185.173.953	823.072.448	0,8
Saúde e Saneamento.....	1.665.438.567	351.521.430	2.016.960.000	2,5
Trabalho, Assist. e Previdência.....	11.808.183.201	140.602.589	11.948.785.790	11,3
Transporte.....	7.099.097.476	10.570.520.407	17.669.617.883	17,0
TOTAL	58.253.427.776	48.549.294.286	106.802.722.062	100,0

OVIDA ATIVA

UNIDADES OU ESTADOS	Cr\$ 1,00					SALDO ATUAL
	Saldo de 1974	Inscrição	Cobrança	Cancela- mento	Transfe- rência	
Alagoas	9.442.731	3.009.908	666.749	-	-	11.786.882
Amazonas	4.613.955	451.140	223.567	67.265	-	4.776.253
Bahia	16.362.888	3.441.534	935.089	88.024	-	24.221.352
Ceará	13.173.321	6.010.515	579.805	-	-	18.624.031
Distrito Federal	8.321.158	2.024.953	408.388	109.765	-	9.627.858
Espírito Santo	8.336.786	2.866.361	687.275	17.947	-	19.557.355
Goiás	10.527.741	5.635.065	304.888	241.134	-	15.616.758
R. Janeiro-ez-GB	51.117.148	147.275.891	13.329.083	9.450.348	484.198.497	639.601.505
Maranhão	2.896.361	1.086.625	75.754	71.771	-	3.627.451
Mato Grosso	3.512.561	6.319.077	174.406	-	-	9.656.824
Minas Gerais	90.486.806	52.252.220	2.953.170	1.572.315	-	138.213.627
Pará	17.080.163	1.031.770	91.062	272.244	-	17.759.635
Paraíba	14.371.893	7.450.552	457.083	796.645	-	20.603.727
Paraná	73.234.404	16.451.256	3.964.265	-	-	86.721.375
Pernambuco	88.262.077	27.931.094	781.958	-	-	115.421.122
Piauí	1.372.824	613.684	88.794	-	-	1.529.514
R.G. do Norte	4.170.649	1.649.680	349.875	-	-	5.477.154
R.G. do Sul	75.917.041	26.692.922	2.245.880	64.399	-	103.226.724
Rio de Janeiro	484.198.497	-	-	-	484.198.497	-
Santa Catarina	26.233.874	14.773.015	4.181.711	31.607	-	36.723.571
São Paulo	1.126.809.387	558.197.402	48.284.144	15.626.249	-	1.621.256.236
Sergipe	1.605.948	312.345	147.863	63.239	-	1.727.021
T O T A L	8.112.408.208	890.618.479	80.529.954	26.476.230	-	10.823.618.462

CONCLUSÃO

1. Novamente a Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda apresenta as Contas do Governo da União de forma elogiável.

Os números refletem, fielmente, a realidade financeira do exercício de 1975.

Quanto aos poucos reparos que fizemos, devem ser tomados como observações construtivas a favor do constante aperfeiçoamento da prestação das Contas do Governo.

2. No que concerne ao Desempenho da Caixa do Tesouro, é de salientar-se o superávit do exercício, da ordem de Cr\$ 73,4 milhões, obtido sem descontinuidade do planejamento governamental, como bem acentuou o Parecer do Tribunal de Contas da União.

3. Relativamente às despesas impugnadas, as informações do Relatório da Inspetoria-Geral de Finanças e as do Tribunal de Contas satisfazem, na medida em que ressaltam os valores correspondentes, imputados aos respectivos ordenadores as responsabilidades cabíveis, devidamente contabilizadas.

4. A ação governamental, no plano econômico, cretamos nosso reconhecimento pela consecução das metas e objetivos programados, prioritariamente, dentro do espírito de austeridade, imposto pela conjuntura econômica mun-

dial, onde sobreleva-se a figura extraordinária do Presidente Ernesto Geisel, no seu firme, corajoso, sensato e sa crificado comando.

5. Devemos fazer, ainda, uma referência elogiosa ao Parecer prévio do Tribunal de Contas da União, relativo às Contas do exercício financeiro em exame, cujo conteúdo conteve-se, desta vez, nos limites de uma apreciação puramente técnica, como lhe é próprio.

Na oportunidade destacamos a opinião do próprio Ministro Glaucio Lessa em recente entrevista concedida à imprensa. Como bem o diz, a nova metodologia orçamentária se processa de cima para baixo para "inicialmente avaliar as necessidades que o Estado se propõe a atender durante o período abrangido pelo Plano de Governo..." Dentro desse clima de mudanças, o Controle Financeiro e Orçamentário mereceu atenção prioritária e nele se operou profunda transformação com a implantação dos controles interno e externo. O primeiro, a cargo das Inspetorias-Gerais de Finanças dos Ministérios (ou órgãos equivalentes nos demais Poderes), tendo como órgão central a Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda. E o segundo, exercido por intermédio do Tribunal de Contas da União, com jurisdição em todo o território nacional.

O controle interno deve constituir instrumento para que a administração financeira tenha uma eficiente operatividade interna, sendo, portanto, responsável pela fiscalização em seu aspecto endógeno, dando importância primordial à estrutura e ao funcionamento internos e, desse modo, dedique mais atenção aos procedimentos do que aos resultados obtidos pela organização administrativa.

Ao controle externo, além de revisar a eficiência com que são gastos os recursos públicos (controle financeiro), se reserva a tarefa de verificar se foram alcançados os resultados esperados de acordo com os programas (controle orçamentário)...

Não consideramos necessárias novas modificações da "estrutura da legislação complementar ao texto constitucional; estrutura organizacional dos Tribunais; estrutura de execução dos trabalhos das Secretarias dos Tribunais; estrutura de sua política de pessoal". O controle externo, a nosso ver, dispõe do instrumental constitucional, legal e regulamentar suficiente para desenvolver a sua ação.

É ditame do consenso moderno que o trabalho de uma organização é medido por seus resultados. Todos os demais componentes são adjetivos, mesmo os referentes a sua estrutura orgânica. Não se pode falar em fixar, com caráter de permanência, a estrutura organizacional de uma instituição, já que esta deve estar constantemente buscando ajustar-se à necessidade e à realidade do momento para que o sistema funcione e alcance o resultado perseguido. Se a sociedade onde funciona a organização encontra-se em constante fluxo, um sistema rígido não poderá sobreviver a estas mudanças se atua de forma permanente. Na medida em que se alteram os meios de que dispõe a organização para a sua ação, ou flutuam as necessidades a serem atendidas, deve fazer-se um reajuste em seus componentes internos. Portanto, se o meio não é constante, o critério de eficácia, ou seja, a resposta da organização às exigências desse meio, tampouco pode ser constante, pois é condição para alcançar esse objetivo que as organizações adaptem, sintam e respondam às mudanças do meio onde atuam. Entendemos, assim, que nos deve preocupar não a estrutura interna, mas, principalmente, a repercussão externa do funcionamento do Tribunal.

Como se vê o Ministro não se arroga a obrigação de incluir em seu trabalho qualquer consideração de tipo político uma vez que estas estão no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, do qual o TCU é órgão auxiliar de confiança.

As modernas concepções de "performance audit" e "avaliação de programas" que estão na ordem do dia das organizações encarregadas da fiscalização poderiam eventualmente levar a interpretações esdrúxulas os órgãos encarregados da fiscalização.

Conquanto reconheçam a modernização de métodos e a variedade de modelos democráticos em que a fiscalização pode ser exercida, cumpre velar para que a interpretação transportada de um modelo para outro, não leve a distorções funcionais.

O General Accounting Office, por exemplo, não sendo uma organização do tipo do Tribunal de Contas, dirige mais diretamente seu trabalho aos pedidos das Comissões ou oferecem seus pareceres às Comissões do Congresso eventualmente ultrapassando a área de análise financeira para entrar na análise política da execução do programa. Ainda assim, nós não podemos esperar que tal análise não é independente e meramente política, mais uma comparação dos resultados de certo programa com o objetivo proposto pelo Congresso.

Somente a este e ainda mais no Brasil em que a estrutura é imediatamente dirigido à Comissão de Fiscalização financeira e Tomadas de Contas cabe a análise política de execução de programas e no caso até mesmo a de sua coerência política com a legislação.

Daí o embasamento de nossa referência elogiosa ao Parecer do Tribunal de Contas, cioso, completo e rigorosamente nos limites de uma apreciação técnica.

VOTO

Ante o exposto, considerando satisfatória a prestação das Contas do Governo da União e adotando os termos da Conclusão do nosso Relatório como razões de voto, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1977

Domício Gondim

Domício Gondim, Presidente
em exercício

Virgílio Távora

Virgílio Távora, Relator

Ruy Santos

Danton Jobim

Cunha Lima

Wilson Gonçalves

Jessé Freire

Saldanha Derzi

Magalhães Pinto

Alexandre Costa

Ruy Santos
Danton Jobim
Cunha Lima
Wilson Gonçalves
Jessé Freire
Saldanha Derzi
Magalhães Pinto
Alexandre Costa

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

SUPLEMENTO: 48 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00